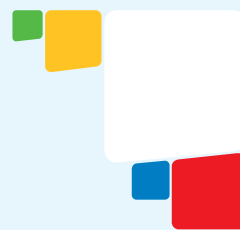




A CONVIVÊNCIA NAS CIDADES

CADERNO DE DEBATE N° 4



A CONVIVÊNCIA NAS CIDADES

CADERNO DE DEBATE N° 4

Associação Internacional de Cidades Educadoras (AICE)
Delegação para América Latina

Prefeitura de Barcelona

Prefeita Sra. Ada Colau
Presidenta da AICE

Sra. Marina Canals Ramoneda
Secretária Geral da AICE

Prefeitura de Rosário

Prefeita Dra. Mónica Fein
Vice-presidenta da AICE

Lic. Sergio Barrios
Diretor Geral de Relações Internacionais

Sra. Laura Inés Alfonso
Diretora da Delegação para América Latina da AICE

Edição e compilação

Dra. María Silvia Serra
Srita. María Paula Bonoris

Tradução

Sandra Andrade Barbosa

Fotos

Dpto. Fotografia. Direção Geral de Comunicação Social. Prefeitura de Rosário

Desenho

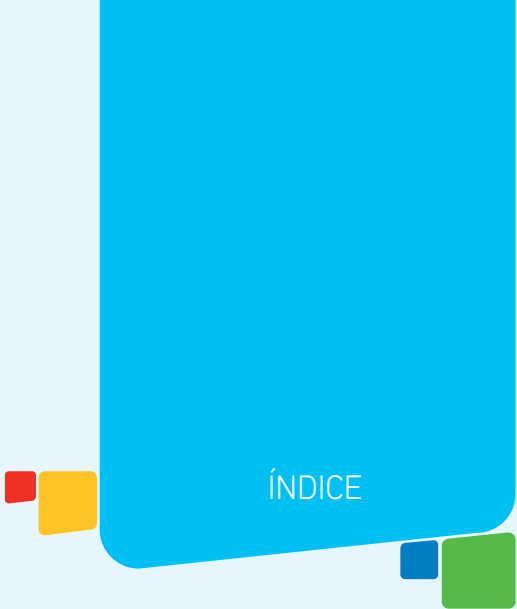
Pedro Aguirre

Imprensa

Sudamerica impresos

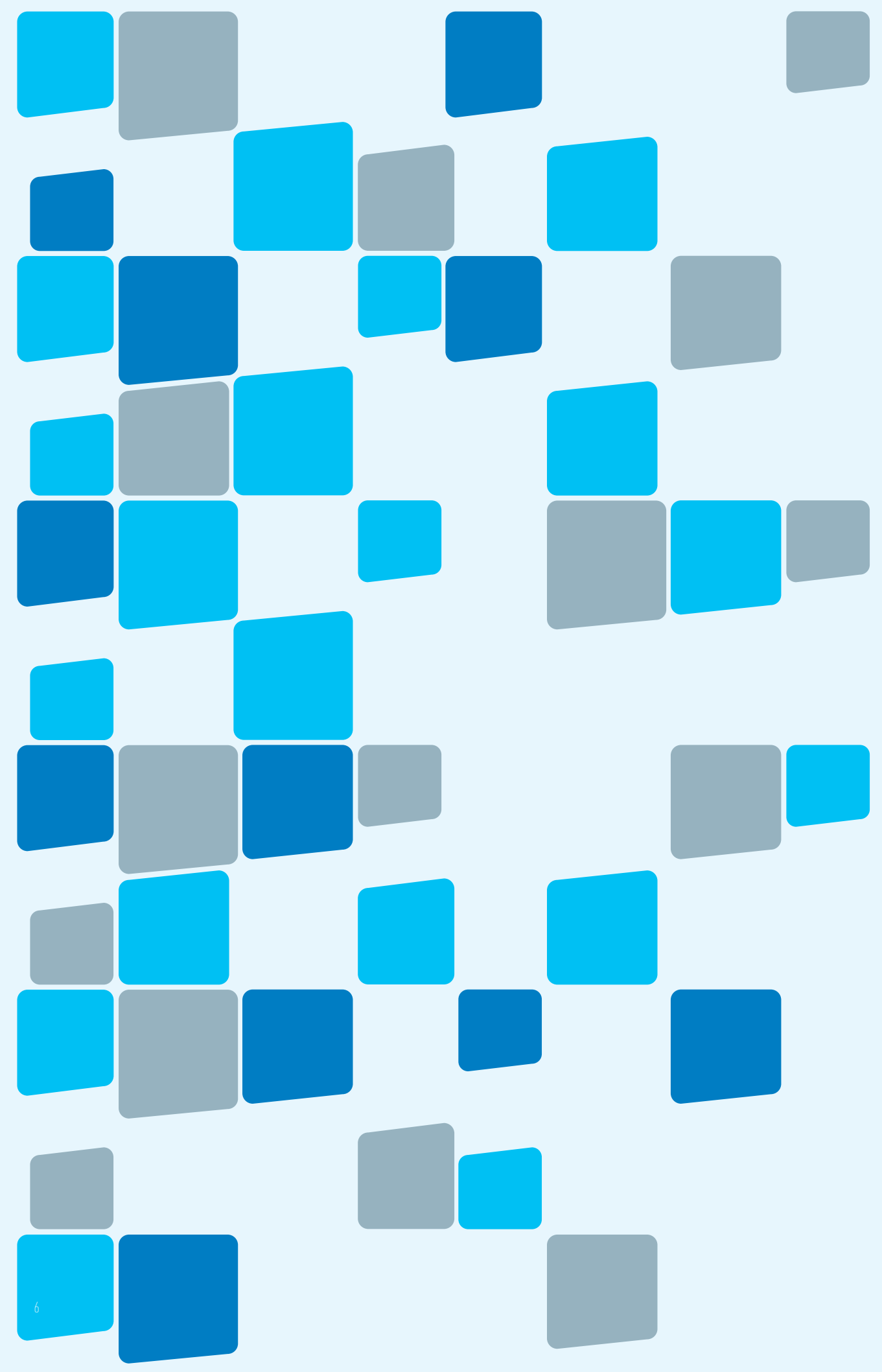
Rosário, Argentina. 2016

ISBN 978-987-28581-9-3



ÍNDICE

- 7 • Editorial. A convivência nas cidades
- 9 • A convivência nas cidades criadoras
Dra. María Silvia Serra (Argentina)
- 11 • Con-viver nas cidades. Desafios territoriais
Dr. Guillermo Ríos (Argentina)
- 17 • Violências urbanas e convivência nas cidades latino-americanas
Dr. Fernando Carrión (Ecuador) y MSc. Juan Pablo Pinto (Ecuador)
- 27 • Convivência e Educação: desafios para a contemporaneidade
Dra. Jaqueline Moll (Brasil)
- 31 • Jovens e cidades em um mundo globalizado:
apontamentos desde uma perspectiva latino-americana com enfoque
de direitos. Dr. Ernesto Rodríguez (Uruguay)
- Experiências de cidades:
 - 42 São Paulo (Brasil)
 - 46 Caguas (Porto Rico)
 - 49 Horizonte (Brasil)
 - 54 Rosário (Argentina)
 - 61 Cuenca (Ecuador)
 - 61 Chacao (Venezuela)
 - 62 Morelia (México)
 - 62 Playa del Carmen (México)





A CONVIVÊNCIA NAS CIDADES

Podemos viver juntos? Quais os problemas que as cidades enfrentam atualmente? Que responsabilidades os governos têm perante elas? E a cidadania? Que desafios enfrenta a convivência com a diversidade que habita uma cidade? Como se renovam as estratégias para viver juntos diante dos jovens e das crianças? Que lugar oferecemos aos adultos idosos na tarefa cotidiana de construir uma cidade? Tentando responder a estas perguntas a partir de uma polifonia de vozes, esperamos enriquecer o caminho que percorremos juntos: o de ser cidades educadoras.

Há séculos que o ser humano vem pensando na possibilidade de que um grupo humano viva em um espaço comum. A busca por encontrar um modo de viver juntos, com as vantagens e os conflitos que isso acarreta, remonta-se à existência das primeiras cidades, onde o estabelecimento de algumas regras, a demarcação de um território e a regulamentação das atividades dos indivíduos que faziam parte dela, passaram a ser uma necessidade.

O tempo e as transformações sociais e culturais foram alterando o modo em que os seres humanos lidaram com isso. No entanto, a possibilidade de conviver, e fazê-lo de um modo inclusivo, rico e harmônico, onde o encontro seja celebrado cada dia, é uma tarefa que não acaba nunca, mas que se renova com a incorporação das novas gerações. Dia trás dia, todos os dias, trazem consigo a necessidade de fazer do espaço da convivência um âmbito para todos e todas. E nesta tarefa, todos assumem um papel: os governos, as instituições, os planejadores, a segurança pública, os cidadãos e cidadãs de todas as idades.

Estas preocupações e interrogantes foram o eixo do Congresso de Cidades Educadoras, celebrado no mês de junho último em Rosário, nas margens do rio Paraná. Nele participaram vozes do mundo todo, pessoas que vieram de cidades que são membros da Rede de Cidades Educadoras, e acadêmicas/os, organizações de bairros, cidadãos e cidadãs interessados em compartilhar experiências, e escutar e debater sobre a problemática da convivência.

Alguns meses após o evento, ainda ressoa em nós a riqueza daquele intercâmbio. Aliás, todo o Congresso funcionou como uma grande ágora, onde velhas alternativas foram revisadas e se posicionaram novas coordenadas para pensar a

convivência. Por isso, nestas linhas oferecemos uma agenda de abordagem deste problema, que decorre do encontro em Rosário, e que pode contribuir para pensarmos as alternativas que os tempos que correm oferecem quanto à possibilidade de viver juntos. Dado que as apresentações realizadas podem ser consultadas de forma completa¹, propomos a seguir, uma das possíveis entradas ao tema, que irá sendo desfiado ao longo de todo o Caderno.

1. A questão da convivência remete, rapidamente, aos conflitos que enfrentamos todos os dias e que estão ligados à insegurança e violência. Em nossas cidades latino-americanas, estes conflitos têm especificidades vinculadas ao narcotráfico, em alguns casos, à complexidade da vida urbana pelo tamanho das urbes. Em outros, à pobreza e ao desamparo que faz parte das sociedades desiguais. E, ainda que todas as cidades vêm adotando políticas destinadas a trabalhar sobre esses problemas, eles persistem, ou tomam novas formas.

Por isso, vemos a necessidade de revisar as ferramentas que colocamos em jogo para lidar com essas questões, pensando em seus pontos de partida e em suas leituras da realidade, contrastando-as com os acontecimentos que sucedem diariamente e ajustando diagnósticos, leis, lógicas de abordagem. Por mais que saibamos que a solução de muitos desses problemas vai além das ações que podem ser empreendidas desde o âmbito da cidade, sabemos também que a cidade é a caixa de ressonância destes na vida cotidiana de todos os habitantes, e que os cidadãos e cidadãs esperam que o lugar onde nasceram – ou escolheram para viver – seja um âmbito onde se possa viver cada dia melhor.

É parte de nossa responsabilidade, como cidades educadoras, abordar as problemáticas da violência e da insegurança urbanas em sua complexidade, examinando-as e buscando soluções a curto, médio e longo prazos, soluções que visem à possibilidade de viver juntos e cada vez mais plenamente.

2. Pensar as cidades como educadoras é uma tarefa que, no caso de nossa rede, remonta-se aos seus primórdios. No entanto, a condição de educadoras é vivenciada e posta em prática desde uma diversidade de formas pelas diferentes cidades que a assumiram. Algumas cidades são responsáveis por instituições educativas formais. Outras não o são diretamente, porém, articulam ações com as escolas para potencializar e completar suas tarefas. Algumas cidades assumiram a função educadora de modo transversal, a partir de todos os seus espaços de gestão; e outras, ademais, contam com âmbitos específicos destinados a levar adiante ações educadoras.

Durante o encontro em Rosário, boa parte da reflexão esteve orientada a trabalhar a relação entre a construção de estratégias de convivência e educação, salientando a existência de uma dimensão humana que deve ser realizada desde o início da vida, para fazer possível a vida com os outros. É na atenção dada à primeira infância, a crianças e a jovens onde se lança boa parte da possibilidade de uma cidade inclusora e inclusiva. E essa atenção vai desde questões ligadas à saúde até a transmissão dos legados culturais que são parte da cidade. Nesse reconhecimento de todas as crianças e dos jovens, desde a interpelação para inscrever sua palavra nas palavras que os acolhem, onde educamos para a vida em comunidade. É onde o que é comum se estende para além das normas e das leis: o comum são as palavras, a música, a arte, os espaços públicos. Entrelaçar um vínculo

forte entre a convivência e a participação no que é comum constitui um desafio iniludível para nossas cidades educadoras.

3. A diversidade de atores que habitam as cidades assume, em cada uma delas, características diferentes. Há diferenças que são entre indivíduos, entre grupos, diferenças que são desigualdades e diferenças que indicam distintas formas de ver a vida. O gênero, a diversidade sexual, as distintas gerações, as capacidades diferentes, as distintas culturas, todas elas são diferenças que põem em jogo a necessidade de combinar a igualdade e a inclusão com o respeito e a participação. As juventudes, especialmente, desafiam as normas, inventam novos modos de habitar o espaço público, buscam seu lugar na cidade, que, por momentos, os olha intrigados. A convivência é possível quando essas diferenças acontecem, ainda que incomodem ou perturbem, ainda que obriguem a repensar decisões já tomadas, a abrir novos espaços, a fazer lugar e dar a palavra àqueles que ainda não a tiveram. A cidade é de todas e todos. E numa cidade que se tem como educadora todos têm direito a fazer uso da palavra, a compartilhar, a dissentir. A convivência se dá quando é possível sustentar essas diferenças que nos separam e ao mesmo tempo, nos unem.

As palavras e as experiências que circularam em Rosário abriram o caminho de pensar a convivência, o território da cidade com seus conflitos, os desafios que impõem as desigualdades. Ao plural denominador de nós que participamos em cada uma de nossas cidades educadoras, foi adicionado um nós muito mais amplo: a rede de cidades na que nos encontramos compartilhando conquistas e dificuldades. Algumas dessas vozes fazem parte deste Caderno, para que sigamos percorrendo caminhos, em rede.

Nota:

1. Todas as conferencias do congreso podem ser consultadas em:
www.congresoaoice2016.gob.ar



A CONVIVÊNCIA NAS CIDADES CRIADORAS

Dra. María Silvia Serra
Diretora do XIV
Congresso Internacional
de Cidades Educadoras

O Congresso de Rosário contou com a presença de Gilles Lipovetsky como palestrante central, que propôs pensar a convivência nas cidades educadoras a partir da possibilidade de pensá-las como cidades criadoras.

A seguir, apresentamos brevemente o seu original olhar, que pode ser útil para pensar novos caminhos na construção de nossas cidades.

Partindo da importância do conhecimento nas sociedades contemporâneas, Lipovetsky salientou a necessidade de os processos de escolarização partirem da primeira infância e estimularem a aprendizagem para a vida toda, visando a que a população ativa esteja à altura dos imperativos da vida globalizada. Nesta circunstância, apresentou a cidade educadora como aquela que derruba paredes e muros entre os diferentes tipos de formação e que estabelece uma aliança com todos os atores do território.

Neste ponto, assinalou que a ideia de cidade educadora contradiz os diagnósticos de que diante dos processos de globalização os territórios perdem força e o espaço deixa de ser importante. Pelo contrário, a cidade educadora é a que tem em suas mãos a possibilidade de realização pessoal dos indivíduos em um marco mais amplo, coletivo, a partir de uma perspectiva inclusiva, sendo o âmbito a partir do qual se é parte desse mundo globalizado.

Lipovetsky salientou ainda que, em prol de uma educação inclusiva, é comum dar prioridade aos saberes “de base”, desde uma perspectiva cognitiva; às TICs, na busca da construção de uma “smart city” que entrelace a formação da cidadania com as possibilidades de desenvolvimento econômico da cidade e da região. Nesta perspectiva, disse o filósofo, “o pobre” fica restringido, enquanto não levarem em conta que não só é o capital intelectual que faz a realização das e dos cidadãos, mas também o capital cultural e o social. Especialmente situou a questão da educação artística como de grande importância na formação dos seres humanos.³ “a arte – expressou – como a leitura e a escrita, é algo que se aprende, que se cultiva, não é um dom...”. Enfatizou, tomando como exemplo a população juvenil e a necessidade de oferecer-lhe um lugar próprio na cidade, que “não se trata de um ensino moral, escolar que vai permitir aos jovens encontrarem sentido à vida, isso não é o que lhes vai dar prazer pelo trabalho ou na participação na vida da cidade”, mas sim, terem a possibilidade de mergulhar nas artes, encontrar a paixão que habita o criar, e isso lhes indicará um caminho para a realização pessoal.

O desafio das cidades educadoras é então, pensar em como são transformadas em cidades criadoras, ao responder aos desejos de criar que está nos indivíduos. Lipovetsky expressou que “se trata de fazer da cidade um local que nos atraia”, onde a atividade cultural não seja algo supérfluo, mas sim algo essencial. “A coesão social tem a ver com a qualidade de vida dos cidadãos”, salientou, abrindo novos caminhos para fazer da cidade um espaço de convivência.



CON-VIVER NAS CIDADES. DESAFIOS TERRITORIAIS

Guillermo A. Ríos
Doutor em Ciências
Sociais. Atualmente é
Secretário de Cultura e
Educação da Prefeitura
de Rosário.

O mundo contemporâneo encontra-se diante de um fenômeno de longa data que está vinculado com a expansão das cidades. Como pura criação humana, estas cidades foram se constituindo em um território dinâmico no qual se dispuseram diferentes maneiras de serem habitadas.

Um relatório das Nações Unidas de vinte anos atrás advertia este processo ao nos mostrar que nos encontrávamos diante de um mundo que estava vivendo uma época protagonizada por uma urbanização generalizada. E acrescentava que, no terceiro milênio, algo mais da metade da população mundial iria viver nas cidades.

Esta expansão urbana nos enfrenta à necessidade de considerar uma série de processos correlacionados já que, como destacou Henri Lefebvre, pensar o espaço em termos de produção significa fazê-lo em termos relacionais já que “o territorial, o urbanístico e o arquitetônico mantêm entre si relações análogas, implicações e conflitos.”²

De alguma maneira, o modo em que esta sequência for desenvolvida gerará as condições materiais e simbólicas nas quais os sujeitos terão que se relacionar com o espaço em que habitarem. Tal como manifestou David Harvey, não se trata de pensar num vínculo em termos de acesso ou de utilização de recursos, mas sim de direitos. Direito para mudar e reinventar as cidades em consonância com nossos próprios desejos.

Nesse sentido, Harvey volta a trazer a ideia do direito à cidade sustentado por Lefebvre, mas de um novo ponto de vista. Este é fundamentado no poder de intervenção sobre o espaço e essencialmente sobre os processos de urbanização que os sujeitos devem exercer:

“Reclamar o direito à cidade no sentido em que eu o entendo, supõe reivindicar algum tipo de poder derivado do processo de urbanização, sobre a forma em que se fazem ou se refazem nossas cidades, e fazê-lo de um modo fundamental e radical”³

No entanto, se entendermos que urbanizar é fazer cidade, devemos dizer que isto ocorre de diversas maneiras. Uma delas está vinculada com a produção econômica. Neste sentido, trata-se de um investimento com o objetivo de obter um lucro. E de uma intervenção que, geralmente, é protagonizada por atores que entendem os sujeitos como usuários de uma porção do território.

Se só ficarmos com esta perspectiva, não poderemos ler outros modos de fazer cidade. Em consonância com o que foi colocado por David Harvey, devemos dizer que urbanizar implica um tipo de intervenção coletiva que modifique a cidade e que construa uma imagem social descentralizada dos interesses econômicos e financeiros.⁴

Fazer cidade implica fazer visível a dimensão política dessa intervenção. Uma dimensão que põe o foco no exercício efetivo dos direitos fundamentais tais como o de habitar, con-viver e transformar o espaço urbano.

RE-PRESENTAÇÕES POLÍTICAS

Nos parágrafos anteriores, salientamos que o processo de urbanização é dinâmico e que as intervenções territoriais podem ser de diferentes tipos. Dissemos ainda, que fazer cidade supõe a construção de um novo imaginário social bem como o exercício efetivo de direitos. Assim sendo, fazer cidade também significa o reconhecimento de um espaço no qual são experimentados diferentes modos de habitar e, portanto, de existir.

Esses modos de existir estão ligados ao desenvolvimento de uma cultura urbana complexa que foi impactada por variados processos. Alguns deles estão ligados às tensões global-local. Estas podem ser lidas no território urbano, principalmente a partir dos novos processos migratórios que vêm acontecendo em diferentes zonas geográficas do planeta. Tensões que interpelam as formações identitárias a partir da irrupção de novos outros.

Sem dúvidas, os modos nos que se resolverem essas tensões produzirão um forte impacto nos estilos que as cidades adotem em torno à convivência. Se o que for priorizado são estratégias ligadas ao mundo econômico, esses novos outros serão transformados em um risco para os que impulsionam interesses particulares. Neste sentido, re-pensar a política se transforma em um desafio já que a hegemonia das ações que derivam do terreno econômico, produzem importantes efeitos na sociedade civil e no cenário político.

Lembremos que, décadas atrás, a vulgarização da expressão mundo global foi um indicador das mudanças que estamos salientando com efeitos nos territórios locais. Realmente, a referência a um mundo global, bem como a necessidade de transformações estruturais em termos de competitividade internacional e economia de mercado, foi instalado na vida política das cidades.

A globalização, como fenômeno universal, bem como a expressão economia de mercado, a insistência em que nos encontrávamos diante de um final, a apelação recorrente à ideia de que um modelo de Estado tinha-se esgotado, e a necessidade de uma mudança radical nas políticas públicas se



instalaram no discurso político. Deste modo, um processo histórico como o que estamos salientando, constituiu-se, em muitos casos, em um trinco para a criação política.

Um dos efeitos deste trinco foi discutido em diversos campos - por exemplo, nos da Sociologia e das Ciências Políticas - em termos de crise de representação.

Com esta expressão, tentou-se perceber uma série de fenômenos, sendo o mais significativo, o papel do Estado. Neste sentido, se os problemas da política externa se tornam mais importantes que os da política interna, a relação Estado e sistema político entra em crise e em consequência, também as instituições representativas. Parafraseando a Alain Touraine, se o Estado já não ocupa a posição central e sim a das fronteiras, os fenômenos que estamos salientando são acentuados.

Está claro que, se as obrigações do Estado são definidas somente pelo seu papel internacional, a representação, como conceito fundamental da democracia moderna, entra em crise ao não estar referido exclusivamente a uma nação ou classe, mas sim em relação com um território e espaço que é extensível.

Outro dos fenômenos tem a ver com uma des-

centralização dos locais históricos nos quais se fazia política. Fazemos referência à irrupção de tecnopolítica que impôs um novo modo de fazer em um território que havia estado hegemonizado pela militância.

Os partidos políticos que, em algum sentido foram cenários pedagógicos e verdadeiras escolas de formação democrática, sofreram o impacto destas novas formas de fazer política. Convém recordar que entre suas funções encontra-se a de integrar setores diversos, canalizando diferentes expressões ideológicas, além de possuir a capacidade para organizar as demandas gerais, selecionar os candidatos para os cargos públicos, além de ter a possibilidade de intervir na política estatal. Isto significa participar na tomada de decisões e, essencialmente, participar na configuração de identidades coletivas através da ideologia.

Angelo Panebianco, no desenvolvimento de seu trabalho sobre os partidos políticos, nos permite reconhecer o caráter da crise na que estes se encontram:

“...as transformações da estrutura social que a teoria sociológica contemporânea tenta decifrar com diferentes acentos e uma grande variedade de etiquetas (sociedade complexa, sociedade pós-industrial, sociedade do capitalismo tardio) repercutem nos partidos, modificam as características de seu território de caça e agem sobre seus cenários políticos. O eleitorado, por exemplo, faz-se social e culturalmente mais heterogêneo e menos controlável pelos partidos através da organização. E isso cria uma forte pressão a favor da mudança de organização”.⁵

Um terceiro fenômeno que nos interessa salientar, refere-se às modificações na articulação entre Estado e sociedade civil. Um processo que atravessou diferentes contextos históricos.

Convém recordar que foi a partir do séc. XVIII, durante as re-articulações entre Estado e Nação, onde foram estabelecidos os parâmetros que definiriam o espaço público e, em consequência, o suporte político do novo cidadão. Neste sentido, este levará a marca da democratização dos Estados e



a constituição de direitos básicos e universais. Já não se trataria de uma identidade que se constitui a partir de um traço distintivo como o de pertença étnica ou cultural, senão que implicará o exercício de determinados direitos e, num processo de crescente democratização, a participação.

Neste sentido, a cidadania transformar-se-á em um conceito moderno que, principalmente a partir da Revolução Francesa e no contexto da República ficará associada com a ideia de igualdade e soberania. Conceitos que não só farão parte do cenário político, mas que também aparecerão na formação de outros discursos, como no pedagógico, por exemplo.

No marco dos fenômenos e processos que vêm sendo descritos, a multiplicação dos cenários políticos bem como a maior complexidade dos espaços de produção cultural nos colocaram perante uma forte frente de debates sobre as relações entre Estado e sociedade civil.

Debates que surgem da fragmentação crescente dos diferentes setores que compõem a sociedade civil e como consequência, a multiplicação dos atos de cidadania. Com isso, fazemos referência às ações e enunciados realizados por diversos grupos em prol da conquista de seus direitos.

A afirmação do próprio gênero, o direito a um trabalho digno, bem como o de viver num mundo não contaminado, a conquista do respeito à diferença étnica, sexual e racial, etc. enriqueceram o conceito de cidadania, estabelecendo-a em uma prática histórico-social muito difícil de ser obviada no momento de examinar o que entendemos por fazer cidade.

Fazer cidade, em termos de uma prática cidadã efetiva, é um processo através do qual “nos experimentamos a nós mesmos, mas ao mesmo tempo, experimentamos nossas relações com os demais e com o mundo, dentro de um sistema complexo e com frequência contraditório de representações e imagens”⁶.

SINAIS DE IDENTIDADE

Experimentar nossas relações com os demais e com o mundo em um território que atravessa algumas das transformações que temos salientado, implica considerarmos alguns desafios. Um deles se refere ao lugar que ocupará em nossas estratégias de intervenção a irrupção de novos outros nas cidades, entendendo que esses sujeitos são portadores de experiências culturais que não são abandonadas na busca de espaços – neste caso, urbanos – para serem habitados.

Esta busca, bem como o efetivo estabelecimento nestes espaços escolhidos para habitar, acarreta um encontro com as dinâmicas culturais próprias de cada cidade. Um encontro que acarreta conflitos, mas também as soluções. Alguns dos processos derivados dessa busca e desse encontro nas cidades têm sido colocados em termos de identidade.

Convém salientar que nas duas últimas décadas, as identidades tiveram uma crescente presença como problemáticas e objeto de pesquisa nas ciências sociais sendo abordadas a partir de diferentes perspectivas. Deste modo, podemos encontrá-las ligadas às reconfigurações políticas e territoriais do mundo europeu, aos processos de descolonização, à globalização, aos novos movimentos sociais, às transformações do mundo do trabalho, etc. Esta multiplicidade acarretou a revisão de marcos interpretativos, bem como a busca de novas estratégias metodológicas para seu tratamento.

Relacionando-a com as produções em torno aos Novos Movimentos Sociais (NMS), a identidade foi tomada como tema central. A irrupção de novos sujeitos sociais, articulados às questões de gênero, raça ou direitos, etc., abriu um amplo leque de leituras. Por outro lado, as formulações deste tipo acarretaram uma descentralização da referência classista que o velho movimento social tinha acunhado, habilitando o lançamento de um conjunto de perspectivas que colocaram as identidades como uma temática iniludível.

Os teóricos da identidade observaram os conflitos que ocorreram no primeiro mundo nos anos 60 e 70 do século XX, reconhecendo um sujeito que não se encontrava ligado à perspectiva classista; senão, estava protagonizado por outros, como mulheres, estudantes, homossexuais, etc. e cujos protestos traziam outro tipo de conteúdos como a paz, a igualdade de direitos, etc.; cujas organizações nada tinham a ver com as tradicionais como os sindicatos ou os partidos políticos.

A visibilidade destes sujeitos, cujas ações ocorreram essencialmente nas cidades,



derivou no reconhecimento de diversas instâncias identificatórias – como o trabalho realizado em novas redes sociais e novos tipos de organizações – bem como modos de ser no território urbano.

Convém salientar que para esses sujeitos é muito importante a construção de um “nós”. Esta ideia encontra-se presente nas perspectivas do construcionismo social, especificamente para dar conta da imbricação entre identidade e pertença, designando-a com o nome de identidade coletiva.

Segundo Alberto Melucci⁷, a identidade ocorre como processo e toma forma através de uma ativação repetida das relações que unem os sujeitos. Neste exercício – de direitos – as redes passam a ter uma significação especial já que ativam relacionamentos e interações nas que os sujeitos produzem conhecimentos mútuos.

Reconhecer estes sinais de identidade nas cidades faz parte de um processo de urbanização de novo cúneo. Como afirmou David Harvey, “a cidade é o local onde se misturam pessoas de todo tipo e condições, inclusive contra sua vontade ou com interesses opostos, compartilhando uma vida em conjunto, por mais efêmera e mutante que seja...”⁸

Esta vida em comum nem sempre encontra as melhores condições para ser desenvolvida. Já vimos como as concepções economicistas pensam as intervenções urbanas em termos financeiros produzindo um efeito de fragmentação ao cercar espaços ou colonizar territórios. Ocorre também, quando a chegada de novos outros é entendida como uma ameaça e os sujeitos são estigmatizados ou expulsos. Ou ainda, quando a hegemonia de uma perspectiva que minimiza a ação do Estado põe em xeque a intervenção das áreas de governo e faz do que é público uma questão de particulares.

Neste sentido, fazer cidade transforma-se em uma tarefa urgente e o que é público em um valor irrenunciável. Uma tarefa que propicia a con-vivência fazendo visível o que é comum nos territórios.

Notas:

1. Guillermo A. Rios é Doutor em Ciências Sociais. Atualmente é Secretário de Cultura e Educação da Prefeitura de Rosário. Argentina.

2. Lefebvre, Henri. *La producción del espacio*. Capitán Swing, Madrid, 2013, p. 59.

3. Harvey, David. *Ciudades rebeldes. Del derecho a la ciudad a la revolución urbana*. Akal, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, 2014, p. 21.

4. Ver: Harvey, David. Op. Cit. pp. 36-39.

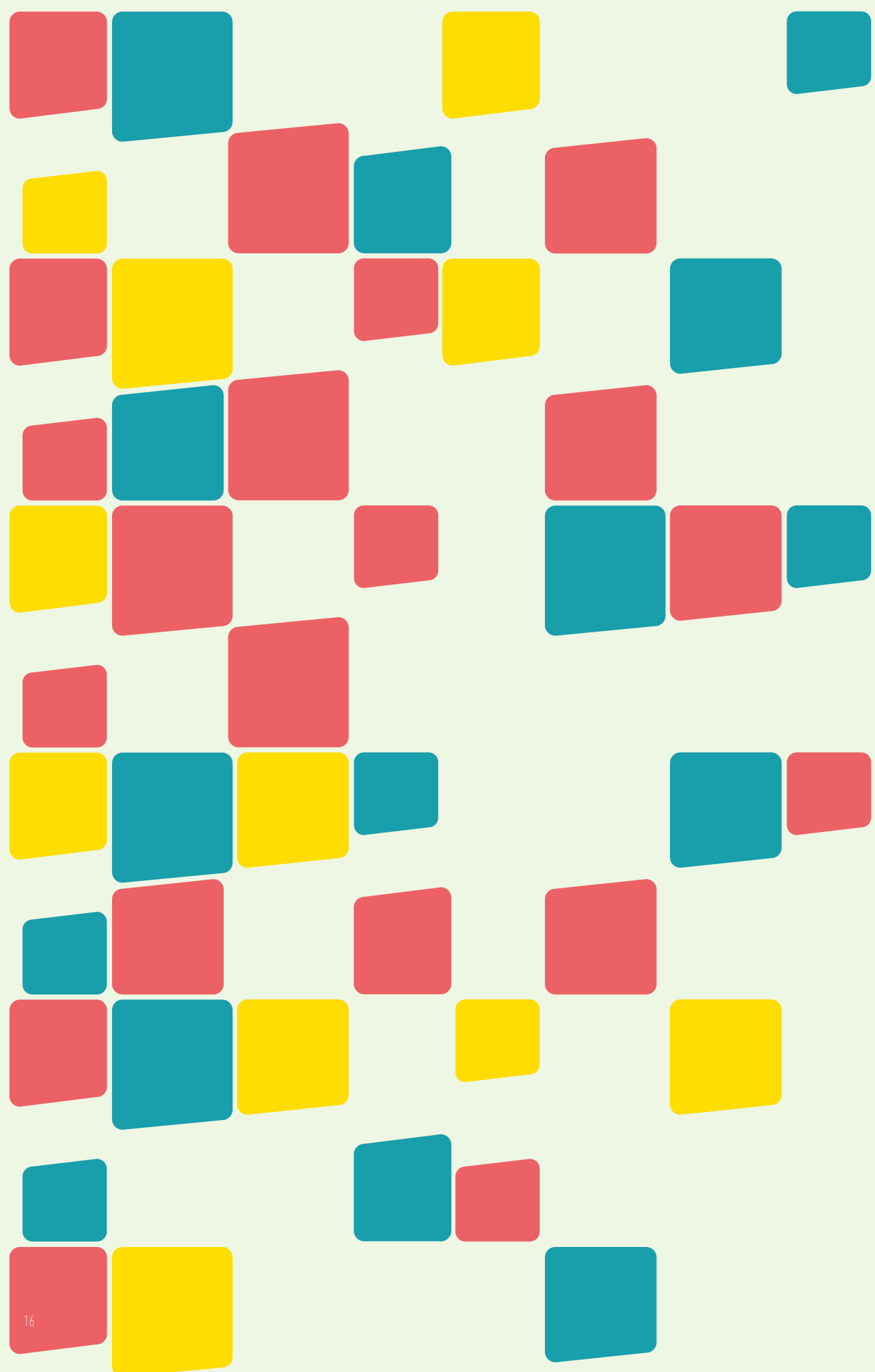
5. Panebianco, Angelo. *Modelos de partido*. Alianza. Madrid. 1990, p. 494.

6. Giroux, Henry. *La escuela y la lucha por la ciudadanía*. Siglo XXI, México, 1993, p. 36.

7. Melucci, Alberto. “Assumir un compromiso: identidad y movilización en los movimientos sociales.”

In: Revilla, Marisa (comp.) *Movimientos Sociales, Acción e Identidad*. Madrid, Zona Abierta 69, 1994.

8. Harvey, David. Op. Cit., p. 107.





VIOLÊNCIAS URBANAS E CONVIVÊNCIA NAS CIDADES LATINO-AMERICANAS

Fernando Carrión

Professor-Pesquisador
do Departamento de
Estudos Políticos de
FLACSO Ecuador

Juan Pablo Pinto

MSc. em Antropologia
e Pesquisador do De-
partamento de Estudos
Políticos de FLACSO
Ecuador

INTRODUÇÃO

Em 1995 e 1996 os problemas percebidos como os mais importantes pelas sociedades latino-americanas eram amplamente heterogêneos. Na Argentina, Uruguai, Peru, Panamá, Nicarágua e México o desemprego era considerado como o problema mais significativo; na Bolívia e no Equador, era a educação; na Costa Rica, El Salvador, Honduras, Guatemala e Venezuela, a inflação e o aumento no custo de vida ocupavam o primeiro lugar; no Paraguai era a corrupção; no Chile, os salários baixos; no Brasil, a saúde e na Colômbia, o problema mais importante era o terrorismo e a violência política (Latino-barômetro, 1995, 1996).

Depois de 20 anos, após serem adotadas medidas de ajuste econômico e apesar da chegada de governos pós-neoliberais a alguns estados da região, este cenário passou por uma tendência a homogeneizar-se, pois a segurança, a criminalidade e a violência, adicionadas pela desocupação e o desemprego derivados das desigualdades estruturais da economia³, são atualmente percebidas como os maiores problemas vividos pelos países latino-americanos em geral e suas cidades em particular (Latino-barômetro, 2016).

Seria possível dizer então, que na etapa de fim de século surgiu uma nova configuração histórica, social, política, econômica e simbólica onde a insegurança, a criminalidade e a violência foram percebidas e construídas como ameaças para a convivência urbana, essencialmente nas principais cidades latino-americanas.

Esta nova configuração, que acarretou uma oscilação pendular a partir de atores estatais da violência - ditaduras militares, conflitos de soberania e violência política - em direção a agentes transnacionais não estatais - gangues de crime organizado, gangues delitivas, quadrilhas, contrabandistas, narcotraficantes e microtraficantes, entre outros (Kruijt, 2009; Brown, 2015)⁴ -, tomou força durante os primeiros anos do século XXI com a construção de novas ameaças globais (o narcotráfico e o microtráfico de drogas, a migração e o terrorismo), a execução de “guerras preventivas” (Plano Colômbia e Plano Mérida), a hipertrofia dos agentes de segurança, a desterritorialização de imaginários securitários (Campesi, 2012), a proliferação de retóricas de perigo e a formação de um saber securitário aparentemente replicável em todo contexto nacional e urbano.

Esta clara tendência marcou o rumo das demandas públicas por segurança que a sociedade civil fez aos governos nacionais e locais, pois neste novo cenário expuseram, discutiram, descartaram e adotaram diferentes políticas para enfrentar a violência, isto é, medidas diversas que com certa frequência reduziram o tratamento punitivo.

Apesar do desgaste social, econômico e político derivado da violência nas cidades e nas sociedades latino-americanas, produziu-se uma ancilose nos modos de compreendê-la, pois as aproximações analíticas a esta problemática comum e compartilhada na região, bem como as medidas adotadas para resolvê-la, não lhe deram maior importância às reconfigurações das racionalidades sociais, espaciais e temporais sob as quais os atores de violência operam nas cidades. Isto é, esqueceu-se que a violência e a criminalidade têm uma especificidade própria segundo cada urbe, a qual obedece à estrutura e historicidade que cada formação urbana e social



tem assumido ao longo do tempo.

Nas páginas seguintes, retomamos a discussão sobre a questão de a cidade ser objeto ou sujeito de violência. Expomos uma crítica sobre os quadros metodológicos e conceituais hegemônicos a partir dos quais as violências urbanas foram explicadas e compreendidas e colocamos em questão os “modelos exitosos” em se tratando de segurança e sua admissão acrítica de parte dos governos locais. Posteriormente, apresentamos algumas reflexões em torno aos processos, espaços, tempos e racionalidades sob os quais são estruturadas as violências urbanas na atualidade, com a intenção de que contribuam para a compreensão de um fenômeno

regional que, sem lugar a dúvidas, e hoje mais que nunca, deve ser debatido e problematizado

UMA CRÍTICA NECESSÁRIA

A compreensão da violência na América Latina esteve guiada por uma corrente hegemônica que buscou insistentemente estabelecer sua etiologia (causas) e fatores de risco, bem como os determinismos geográficos ou econômicos que supostamente a definem. Esta corrente procurou determinar as origens primigêneas que dariam lugar às expressões de violência, e com isso sucumbiu ao discreto encanto das perspectivas mecanicistas, instrumentalistas e a-históricas que, de alguma

maneira, concebem a violência como uma patologia (enfermidade social) ou como um processo anômico (sociedades sem normas nem leis).

Sustentada por um determinismo demográfico, esta perspectiva etiológica tem considerado, por exemplo, que enquanto existir uma maior taxa de urbanização haverá maior violência nas urbes. No entanto, temos constatado um processo que põe este argumento em questionamento. Em 1950 cerca de 42% da população latino-americana vivia nas cidades, enquanto que atualmente há mais de 80% (CEPAL, 2016); não obstante, a partir de 1990 houve certa desaceleração nos processos de urbanização. Esta redução dos índices de urbanização na região – em 1950 a taxa anual foi de 4,1% e em 2010 diminuiu a 2,1% – esteve acompanhada, paradoxalmente, pelo aumento dos índices de homicídios em algumas cidades, o que mostra que não houve uma correlação positiva e mecânica.

Outro argumento dos enfoques etiológicos está sustentado por um determinismo geográfico, pois considera que as cidades são mais violentas na medida em que são geograficamente mais extensas. Isso levaria a considerar que as grandes macrocefalias urbanas latino-americanas (Buenos Aires, Montevideu, Lima, São Paulo, Bogotá, Cidade do México, etc.), independentemente de suas particularidades históricas, deveriam conter os mais altos índices de homicídios. No entanto, os fatos põem em questionamento este axioma, já que com exceção de Caracas, San Salvador e Guatemala, atualmente as macrocefalias urbanas dos países latino-americanos mostram um reduzido número de homicídios em relação com o tamanho de sua população. Portanto, também não há uma correlação entre as cidades geograficamente extensas e com maior densidade populacional e os altos índices de violência.

Os determinismos perdem consistência por si só, ao analisar as 25 cidades mais violentas do mundo em 2015 (Ver quadro 1), pois constata-se que 22 delas encontram-se na América Latina – Brasil tem 8, Venezuela 6 e os países do Triângulo Norte-Centro-americano (Honduras, El Salvador e

Guatemala) têm 4 – e que cada uma é social, demográfica, econômica, territorial e politicamente diferente das demais. Esta realidade de algumas cidades não obedece a uma essencialidade violenta latino-americana nem responde a determinismos geográficos e demográficos, já que existem processos endógenos, exógenos, históricos e geopolíticos que sedimentaram seu surgimento e que costumam mudar com considerável dinamismo. O caso de San Salvador é um eloquente exemplo sobre a diversidade de violências urbanas na América Latina, já que, como mostraram Argueta e Huhn (2014), existem vários modelos que a explicariam: 1) modelo histórico, que leva em conta a violência política vivida na região e as características assumidas pelas sociedades de pós-guerra; 2) modelo com base na violência de quadrilhas executada principalmente por Las Maras, cuja origem remete-se à migração juvenil salvadorenha dos anos 70 e 80 que, fugindo dos conflitos armados civis locais, dirigiu-se a cidades norte-americanas como Los Angeles, onde as quadrilhas constituíam organizações consolidadas que agrupavam jovens marginalizados pela estrutura socioeconômica local. Após a migração de retorno, esse tipo de organizações tentou ser reproduzido com algumas variações na cidade de El Salvador; 3) Modelo sustentado nas economias criminais e a importância estratégica da região e das cidades para os mercados ilegais globais (narcotráfico, tráfico de armas e de migrantes, tráfico de pessoas, etc.) e os crimes conexos que estes geram; 4) Modelo baseado nas políticas públicas securitárias, como geradoras de mais violência; e 5) Modelo de securitização cidadã, baseado na facilidade de a sociedade civil adquirir armamentos. Estes modelos explicativos não serão os mesmos em Quito ou em Rosário, pois as características da insegurança e da violência urbana, bem como as estratégias adotadas para reduzir riscos, têm que ser contextual, histórica e analiticamente situadas.

Posicionamento	Cidade	País	Homicídios	Habitantes	Taxa
1	Caracas	Venezuela	3946	3.291.830	119,87
2	San Pedro Sula	Honduras	885	797.065	111,03
3	San Salvador	El Salvador	1918	1.767.102	108,54
4	Acapulco	México	903	862.176	104,73
5	Maturín	Venezuela	505	584.166	86,45
6	Distrito Central	Honduras	882	1.199.802	73,51
7	Valencia	Venezuela	1125	1.555.739	72,31
8	Palmira	Colombia	216	304.735	70,88
9	Cape Town	Sudáfrica	2451	3.740.026	65,53
10	Cali	Colombia	1523	2.369.821	64,27
11	Ciudad Guayana	Venezuela	547	877.547	62,33
12	Fortaleza	Brasil	2422	3.985.297	60,77
13	Natal	Brasil	921	1.518.221	60,66
14	Salvador (e RMS)	Brasil	1996	3.291.830	60,63
15	ST. Louis	Estados Unidos	188	317.416	59,23
16	João Pessoa (conurbação)	Brasil	643	1.100.956	58,4
17	Culiacán	México	518	923.546	56,09
18	Maceió	Brasil	564	1.013.773	55,63
19	Baltimore	Estados Unidos	343	623.911	54,98
20	Barquisimeto	Venezuela	719	1.308.163	54,96
21	São Luis	Brasil	802	1.511.678	53,05
22	Cuiabá	Brasil	412	849.083	48,52
23	Manaos	Brasil	985	2.057.711	47,87
24	Cumaná	Venezuela	199	416.587	47,77
25	Guatemala	Guatemala	1528	3.239.185	47,17

Na verdade, a partir de uma visão etiológica, as cidades são entendidas e construídas como contenedores inertes de populações e processos, como simples definições jurídico-políticas que são estabelecidas a partir de critérios territoriais, sem compreenderem que a violência, da mesma forma que a cidade, é social e espacialmente produzida. Nesses grandes contenedores, a violência apareceria como um fato natural e naturalizado, como se fosse produto de uma fatalidade (a cidade corruptora e corruptível), diante do qual a população deve se proteger em espaços amuralhados, assumir por mão própria o papel de algumas instituições

públicas cada vez mais deslegitimadas, delegar sua segurança a entidades privadas ou demandar aos governos locais e ao Estado a recuperação do monopólio de coerção perdido, em suma, exigir o governo da insegurança na cidade.

Os enfoques etiológicos estabeleceram ainda três grandes patamares de compreensão da violência: explicam-na segundo causas naturais (traços biológicos ou psicopatológicos), segundo causas culturalistas (morais, religiosas ou as que derivam da lei de uma tradição aparentemente monolítica) ou a partir de desviações legais (regimes anômicos ou ruptura dos modelos normativos de uma



sociedade determinada).

Diante deste quebra-cabeças causalista foi colocado, como já dito, praticamente uma única solução: o tratamento punitivo da violência. Desde os anos noventa, o populismo penal tomou posicionamento na região como o único modo de enfrentar as violências. Quer sejam governos de direita, centro ou esquerda, quer sejam neoliberais ou pós-neoliberais, há 25 anos que a América Latina vem passando por um giro punitivo que se expressa no aumento exponencial dos índices de encarceramento, dos delitos tipificados e dos limites das penas para castigar esses crimes (Ver Mapa 1 e 2).

Este giro punitivo, paradoxalmente, tem-se dado conjuntamente com um manejo precário dos cárceres e da ausência de verdadeiras políticas de reabilitação e reinserção social. Isto fica expresso nos frequentes distúrbios nos cárceres que durante as últimas décadas ocorreram no México, Venezuela, Equador, Colômbia, e no Brasil entre outros países do continente, o que deveria ser lido como sintoma da caducidade do sistema punitivo, da necessidade de uma paulatina abolição da pena privativa de liberdade como forma de resolver a violência, e da busca por alternativas que ultrapassem o reducionismo do encerramento, marginalização e normalização disciplinar de povoações tidas como indesejáveis para a convivência urbana

Isto mostra claramente que estamos passando por uma crise de paradigmas, pois continuam sendo colocadas as mesmas teorias explicativas e se adotam as mesmas políticas com resultados contraproducentes para processos que não deixam de ser reconfigurados. Por um lado, a crise de um paradigma ex-ante, que tem a ver com os modos de entender a violência e a insegurança urbana. Por outro lado, a de um paradigma ex-pós, que está diretamente relacionado com a forma de enfrentar estes fenômenos que fazem parte de toda sociedade.

Se estes paradigmas ainda estão vigentes apesar de seus escassos efeitos positivos, isso é devido a que ao redor deles foi edificada uma arquitetura



tecnocrática, corporativista e econômica transnacional, pois a verba que a cooperação estrangeira, os governos nacionais e as administrações locais têm destinado para este objeto é exorbitante. Também chama atenção, a forma em que as explicações causalistas e as medidas punitivas adquiriram ampla legitimidade social e penetraram nas subjetividades das sociedades.

Anteriormente, nunca se dispuseram de tantos recursos econômicos para enfrentar a violência; e, no entanto, de forma paradoxal, nunca tanta violência foi registrada como a que temos atualmente. Neste contexto, convém questionar se os planos, programas e políticas adotados para enfrentar a



violência urbana provocaram ou não mais violência da que têm conseguido poupar (Espósito, 2005:28).

É certo que a insegurança, a violência e a criminalidade não são o resultado de uma fatalidade, não surgem espontaneamente de um momento a outro nem se reduzem a explicações etiológicas. Estes “males urbanos” são resultado das relações sociais articuladas em torno de um cenário no qual convergem a desigualdade, a historicidade, a heterogeneidade e o poder. Portanto, trata-se de processos dinâmicos, que não são semelhantes em todos os casos, e que requerem condições particulares para sua emergência em uma conjuntura histórica concreta.

A VIOLÊNCIA HOJE

Nos últimos anos, tem havido certa oscilação entre os enfoques etiológicos, mono/multicausais e deterministas, em direção à compreensão da violência como um tipo de relação social (analítica relacional), alicerçada em conflitos que não se processam sob os parâmetros estabelecidos por uma sociedade (analítica do poder), que possui uma historicidade particular (analítica processual), que se sedimenta em uma espacialidade e temporalidade concretas (analítica geográfica e cronológica) e que se conecta a outros tipos de violências (analítica dos encadeamentos e/ou universos de violência).

Outro elemento importante desta reconceitualização é o caráter plural das violências urbanas contemporâneas. Existem vários tipos de violência – estrutural, simbólica, política, cotidiana –, que se expressam através da violência de gênero, violência intrafamiliar, violência tipo bandidagem, violência no futebol, entre outras. Estas violências adquirem nuances próprias quando são produzidas na urbe e são qualitativamente diferentes das rurais – por exemplo, as masculinidades hegemônicas ou modelos normativos de masculinidade que (re)produzem a violência de gênero não são os mesmos no campo que na cidade (Hernández, 2008).

As violências urbanas também costumam estar encadeadas entre si, e isso leva a analisar como “distintos tipos de violência, usualmente pensa-

dos como fenômenos afastados e analiticamente diferentes (pelo lugar onde ocorrem, pelos atores aos que põe em contato, etc.), se vinculam e respondem uns aos outros” (Auyero e Berti, 2013:94). A temporalidade desses encadeamentos pode ser sequencial ou simultânea, e costuma articular diferentes atores e atos criminais que são realizados sob um sistema interdelitivo (Carrión, 2009).

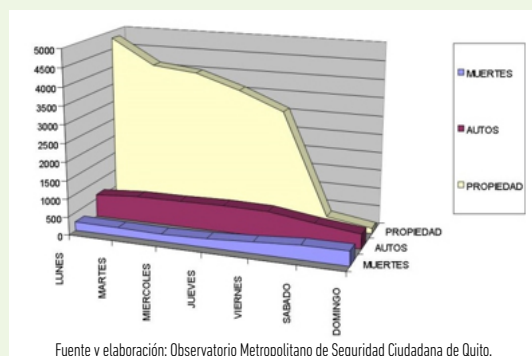
Além da pluralidade e dos encadeamentos, há alguns anos tem sido evidenciada certa divisão social das violências e do trabalho delitivo. Hoje em dia, há organizações delitivas que operam nas cidades e que se caracterizam por sua sofisticação em matéria tecnológica e por práticas de inteligência criminal que visam claramente minimizar os riscos e maximizar os benefícios econômicos. A racionalidade desses atores de violência está articulada com economias criminais que são dirigidas por lógicas descentradas e translocais de trabalho delitivo, e isso implica o enlace interurbano e transnacional de diversos atores e geografias⁶.

Essa reconfiguração das racionalidades dos atores de violência nas cidades e nas sociedades latino-americanas mostra, em termos históricos, que houve certa oscilação paulatina partindo de uma violência tradicional e em direção a uma violência moderna. Um claro exemplo dessa transição está no “sicariato”, uma prática que em aparência é contemporânea e exclusivamente urbana, mas que, no entanto, foi encontrada desde os processos de formação das repúblicas latino-americanas em países como o Brasil, México ou Equador. Alguns estudos (Arruda, 2009; Pinto, 2015) salientaram que o assassinato por delegação há várias décadas esteve ligado a valores territoriais e culturais, encontrava-se enraizado em fortes códigos masculinos e estava amparado em tradições rurais que se estruturaram ao redor de caciques locais com um vasto poder territorial, político e econômico. No entanto, à medida que se dá uma destradicionalização das sociedades e se transita por uma economia globalizada e interconectada, esta prática vai perdendo as ancoragens territoriais e culturais das “leis da tradição”, para transformar-se em um

serviço mercantilizado, sujeito à oferta e demanda, que agora faz parte de um sistema interdelitivo e que inclusive pode operar mediante terceirização.

Outro elemento importante para a análise das violências urbanas contemporâneas tem a ver com a geografia, pois também há uma divisão social do espaço. O roubo de bancos, embora seja uma verdade de Perogrullo, não pode ser realizado onde não haja bancos, ou seja, nas periferias populares, já que este delito costuma ser executado frequentemente nos eixos urbanos financeiros ou nas localidades onde o controle institucional dos aparelhos de segurança estatais e municipais é limitado ou escasso.

Além da divisão social e espacial, existe um terceiro elemento que mostra uma organização temporal, uma cronologia da violência e dos crimes, os quais se ajustam ao calendário cultural (período de férias, festas pátrias) ou à jornada de trabalho. Em Quito, tal como mostra o Gráfico 1, esta lógica temporal e esta racionalidade espacial pode ser exemplificada com três delitos.



Em primeiro lugar, as mortes violentas são executadas predominantemente de sexta-feira a domingo, ou seja, durante os dias que não fazem parte da jornada normal de trabalho. A temporalidade desse crime contra a vida é totalmente diferente da temporalidade dos roubos de veículos, já que estes costumam acontecer de segundas a sextas-feiras. Isto demonstra que estão ligados a um horário de trabalho e que costumam acontecer predomi-

nantemente em espaços públicos ou nos locais de trânsito que vão da casa ao trabalho. No caso dos crimes contra a propriedade também existe, semana a semana, uma ocorrência temporal aos domingos. (Ver Gráfico 2) Isso deve levar a que se definam políticas que se ajustem a esta realidade. Isto demonstra, longe do que está ligado ao sentido comum, que existem racionalidades territoriais, cronológicas e sociais que estruturam os processos de violência e as práticas criminosas, e que é preciso levar em conta que os atores, o espaço e o tempo não são variáveis separadas.

Ao serem analisados outros tipos de violências, como o assédio sexual de rua ou a intimidação ou perseguição contra as mulheres nos espaços públicos, constata-se que existe um enraizamento estrutural - o androcentrismo, a reprodução de masculinidades hegemônicas, a heteronormatividade nas sociedades e as amplas brechas de desigualdade nelas - que se conjuga com elementos infraestruturais, como o transporte público nas cidades latino-americanas. É significativo o caso de Quito, já que 80% das mulheres quitenhas sentem-se inseguras em transportes públicos; 67% das mulheres foram vítimas de assédio em transportes públicos e 25% sofreram roçaduras não desejadas ou apalpadelas em suas partes íntimas. (OMSG, 2015). Em outras palavras, as violências, neste caso as de gênero, também têm especificidades e racionalidades infraestruturais, isto é, passam por uma esfera que impacta, altera, rearticula e organiza a vida cotidiana nas cidades, fazendo-se necessário planejar para melhorar a convivência cidadã.

Por outro lado, são múltiplos os impactos que produzem a violência, a delinquência e a insegurança nas cidades. Em primeiro lugar, há uma redução do espaço público devido a estigmas territoriais que estão alicerçados em representações urbanas e na distribuição de uma consciência sobre certas partes da cidade e de seus habitantes. Em segundo lugar, estas representações, edificadas por instituições de produção simbólica (meios de comunicação, acadêmica e política), que são tam-



bém uma criação sistemática baseada em uma faixa da realidade urbana (a violência e a insegurança), tendem a edificar topografias do caos e do desprestígio que são amoldadas em prol de interesses de investimento e de desinvestimento de capital, e aqui o caso dos centros históricos da América Latina é muito eloquente.⁷

Em terceiro lugar, ao hiperbolizar percepções e fatos, estes estigmas não só justificam a intervenção invasiva de alguns espaços da cidade, mas também reduzem o tempo de deambulação pelas ruas e das andanças urbanas, ou seja, reduzem o trânsito nas e pelas cidades, essa forma individual e ao mesmo tempo coletiva de apropriação do espaço público. Por exemplo, ao redor do centro histórico de Quito, que foi catalogado como o primeiro centro histórico patrimônio da humanidade pela UNESCO, foi construído, não sem certo fundamento, todo um imaginário de insegurança que faz com que seja impossível penetrar aí depois das 20h. Esta realidade, que se repete em vários centros históricos latino-americanos, mostra que ao redor das cidades latino-americanas foi traçada uma geografia da imaginação - insegurança e violências - e que está ligada a uma geografia da administração - estigmas e intervenções securitárias - (Trouillot, 2011), cujo modo de agir pode ser resumido da seguinte forma: do mesmo modo em que são representados alguns espaços urbanos, assim também serão governados, percebidos e, de diferentes maneiras, vividos.

ESPAÇO PÚBLICO E CONVIVÊNCIA CIDADÃ

Tem sido visto que existem violências e crimes que estão intimamente relacionados com o território, com o tempo e com a sociedade nas que se reproduzem, pois assim como existem violências e crimes predominantemente urbanos (o sicariato ou assassinato de aluguel, sob encomenda com remuneração), há outros eminentemente rurais (o abigeato ou furto de gado). Da mesma forma, também tem tornado evidente que as violências alteram o urbanismo, modificam o comportamento e a interação social e reduzem a qualidade de vida

na cidade através de medos socialmente construídos, pois ao modificar o tempo e o espaço, também criam uma fenda na cidadania e a convivência e os sentidos coletivos da cidade se enfraquecem.

Entendendo que não há cidade sem cidadania e que atualmente passa a ser cada vez mais complicado estabelecer redes de sociabilidade urbanas decorrente de haver-se estabelecido um estado de suspeita e um regime de sentido no qual o outro foi transformado em uma ameaça potencial, - que políticas devem ser propostas?

Três políticas de segurança foram postas em prática, mas com escassos resultados em nossas cidades latino-americanas. Em primeiro lugar, a prevenção situacional, que consiste em reduzir as supostas condições objetivas requeridas para delinquir e em minimizar as vulnerabilidades das potenciais vítimas. Esta política provocou, entre outros efeitos não desejados, que no Equador, na Argentina e na América Latina surgissem comunidades amuralhadas, que se reproduzissem desigualdades sociais e econômicas, e que se enfraquecesse a sociabilidade urbana, pois se o que se trata é de reduzir as vulnerabilidades que geram a insegurança, - por que não viver em um ostracismo individualista?

Em segundo lugar, adotaram-se medidas afins à teoria das “janelas quebradas”, que também foi orientada por uma lógica infraestrutural de caráter preventivo e que com o tempo derivou nas conhecidas políticas de “tolerância zero”. Estas medidas e políticas pretendem reduzir a “anomia urbana” atacando as práticas e expressões aparentemente insignificantes, mas que podem ser o germe de uma incontável insegurança, delinquência ou violência. Daí surge que as inspeções ou vistorias e a “invasão preventiva” aos atores e espaços considerados “suspeitosos” sejam técnicas recorrentes que com frequência estão atravessadas por preconceitos classistas e racistas.

Por último, o surgimento de polícias comunitárias - no Brasil, são chamadas com o eufemismo de “polícias pacificadoras” -, que são o sintoma da lógica securitária que é aos poucos imposta no



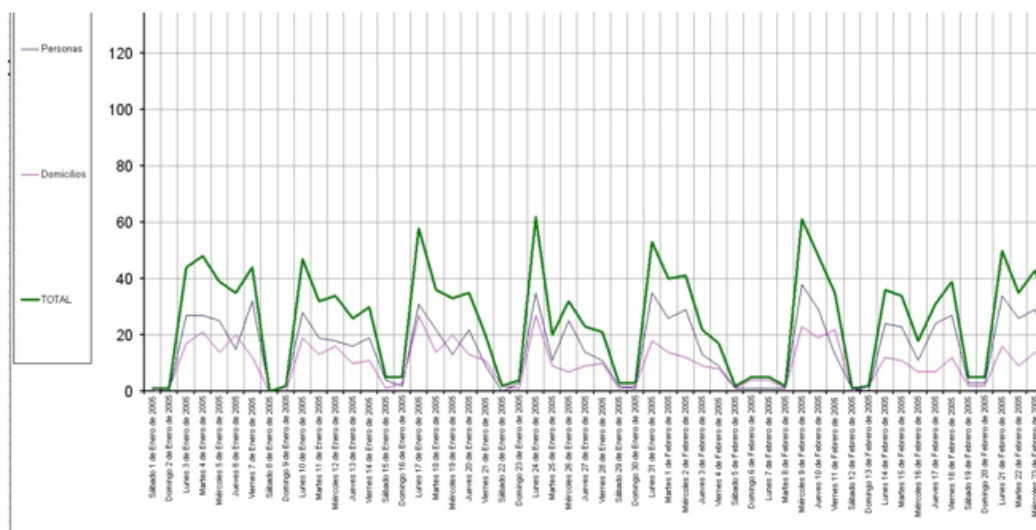
interior das cidades e das sociedades. Esta medida inclinou-se à exacerbação dos aparelhos de segurança do Estado e à militarização em lugares como as favelas e as comunidades pobres. Sabe-se que esta medida, por sua vez, significou que a resolução de conflitos tivesse em certas ocasiões, como pano de fundo, a paulatina e constante violação dos direitos humanos, o que leva a indagar se estas medidas de “proteção” se transformaram ou não em potenciais riscos urbanos.

Estas políticas tradicionais de segurança, que com variações ou dogmatismos têm sido aplicadas em nossas cidades desde alguns anos, têm mostrado uma incapacidade congênita para reduzir a violência, a criminalidade e a insegurança, ou ainda, de forma contraproducente, têm provocado a curto, médio e longo prazos o incremento de crimes e dos níveis de violência nas cidades latino-americanas.

Ainda não houve um entendimento acerca da prevenção da violência, criminalidade e insegurança que hoje, mais que nunca, está ligada às mudanças estruturais que as políticas econômicas nacionais e urbanas podem ou não adotar, bem como a desestabilização das diferenças hierár-

quicas traçadas em torno da raça, da etnia, das diferenças sexo-genéricas, do status migratório, etc. e que ocorrem de forma tácita ou explícita nas cidades. Para isso, o papel dos Estados e dos governos locais é chave, pois as medidas e políticas para enfrentar a violência, como já mencionado, devem ser contextual e historicamente situadas.

Talvez seja necessário compreender que para formular políticas de segurança na cidade é preciso analisar o tempo e o espaço das violências, e isso deve derivar na implementação de sistemas locais de informação quantitativos e qualitativos sobre segurança e convivência cidadã. Além disso, se as ações estão focadas na redução da violência sem a melhoria qualitativa da cidade, corre-se o risco de cair em um círculo vicioso do qual pode ser muito difícil sair. Por sua vez, a redefinição do planejamento urbano é chave, pois deve incorporar a segurança cidadã como um de seus eixos transversais moduladores da convivência cidadã, além do dever de regular o mercado, os usos do solo, as mais-valias, isto é, todos os âmbitos que sejam potenciais geradores de maior equidade.



Referências Bibliográficas:

- Argueta, Otto e Huhn, Sebastian (2014). Sistematización: Modelos explicativos de la violencia en El Salvador, Guatemala, Honduras y Nicaragua. San Salvador: GIZ, PREVENIR.
- Arruda, Ricardo (2009). 'Matadores de gente - reseña de una investigación etnográfica sobre el universo social de los pistoleros y justicieros'. Urvio, Revista Latinoamericana de Seguridad Ciudadana No 8: 41-60
- Auyero, Javier e Berti, María Fernanda (2013). La violencia en los márgenes. Una maestra y un sociólogo en el conurbano bonaerense. Buenos Aires: Katz Editores
- Brown, Wendy (2015). Estados amurallados, soberanía en declive. [Espanha](#), Herder.
- Carrión, Fernando (2009). "Historia y violencia: una necesaria (de)construcción". Urvio, Revista Latinoamericana de Seguridad Ciudadana 7: 7-13.
- Campesti, Giuseppe. (2012) "Migraciones, seguridad y confines en la teoría social contemporánea". In: Revista Crítica Penal y Poder, Nº 3, pp. 1-20.
- Esposito, Roberto (2005). Immunitas: protección y negación de la vida. Buenos Aires: Amorrortu
- Hernández, Óscar (2008). Estudios sobre masculinidades. Aportes desde América Latina. En: Revista de Antropología Experimental nº 8, 2008. Texto 5: 67-73.
- Kruijt, Dirk (2009). "La evolución histórica de actores de violencia en América Latina". Urvio, Revista Latinoamericana de Seguridad Ciudadana 7: 38-49.
- OXFAM y CEPAL (2016). Tributación para un crecimiento inclusivo. Santiago de Chile: Naciones Unidas.
- Pinto Vaca, Juan Pablo (2015) Chonewood: etnografía, cine popular y asesinato por encargo en Chone. Tese de Mestrado, FLACSO Ecuador.
- Seguridad, Justicia y Paz (2016). Informe "Caracas, Venezuela, es la ciudad más violenta del mundo". Acessado em: 22 de setembro do 2016. Disponível em: <http://bit.ly/2czwM5a>
- Sozzo, Máximo (comp.) (2016). Postneoliberalismo y penalidad en América del Sur. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO.
- Trouillot, Michael-Rolph (2011). Transformaciones globales. Popayán: Universidad del Cauca.
- Wacquant, Loic, Slater, Tom y Borges, Virgilio (2014). Estigmatización territorial en acción. Revista INVI: Vol 29, No 82, pp. 219 – 240.

Notas:

- 1 Tem dedicado sua vida a estudar o desenvolvimento urbano, o planejamento e as políticas de segurança cidadã. Escreveu 10 livros, editou 22 e redigiu mais de uma centena de artigos. Sua obra foi difundida ao redor de vinte países com traduções em português, inglês, alemão, italiano e francês. Trabalhou como consultor de organismos multilaterais e como professor universitário nos países da Região Andina e do Mercosul. Dado a sua trajetória, recebeu 11 prêmios e distinções, além de méritos que contribuíram para que fosse eleito Vereador do Município de Quito no período 2004-2009. Ex-diretor da Faculdade Latino-americana de Ciências Sociais do Equador, e atual Professor-Pesquisador do Departamento de Estudos Políticos de FLACSO, Equador.
- 2 MSc. em Antropologia e Pesquisador do Departamento de Estudos Políticos de FLACSO Equador. Participou de várias pesquisas ou investigações sobre violências, criminalidade, migrações, direitos humanos, democracia e segurança cidadã. Também trabalhou temas sobre cultura popular em contextos urbanos e rurais, representações e visualidades, globalização, estado e poder. Autor de vários artigos em revistas de divulgação científica.
- 3 OXFAM e a Comissão Econômica para a América Latina (2016) indicam que "O impacto destrutivo da extrema desigualdade sobre o crescimento sustentável e a coesão social resulta evidente na América Latina e o Caribe. Em 2014, 10% da população mais rica da América Latina retinha 71% da riqueza da região [...] se esta tendência continuasse, dentro de apenas seis anos, 1% da população mais rica da região teria mais riqueza que os 99% restantes. Entre 2002 e 2015, as fortunas dos multimilionários da América Latina cresceram em média de 21% anual, isto é, um aumento seis vezes superior ao do PIB da região [...]. Grande parte desta riqueza se mantém no exterior, em paraísos fiscais, o que significa que uma porção muito significativa dos benefícios do crescimento da América Latina está sendo monopolizada por um pequeno número de pessoas muito ricas, a custa dos pobres e da classe média" (OXFAM e CEPAL, 2016:5).
- 4 Dirk Kruijt (2009) salienta que esta transição ocorreu à causa do entrecruzamento de vários processos estruturais, como a globalização econômica, a crescente marginalidade de amplos setores da população, a transição das ditaduras regionais a regimes democráticos, as múltiplas reformas agrárias do século XX, a pauperização e a dilatação da brecha social a partir das políticas de ajuste estrutural, o exponencial crescimento de circuitos econômicos subterrâneos e de práticas informais, a redução da margem de ação estatal em territórios onde sua presença já era fraca, a perda de legitimidade das instituições governamentais, a privatização da segurança e a rentável pirotécnica lançada pelos meios de comunicação em torno da violência. Por seu lado, Wendy Brown (2015) salienta que esta oscilação obedece a um paulatino e crescente declínio da soberania dos estados nacionais. A partir de sua perspectiva, o ocaso das soberanias não só permitiu a emergência de novos atores de violência, mas também reflete uma marcada tendência ao amuralhamento urbano e fronteiriço, e o predomínio e autonomia relativa que o capital adquiriu sobre a sociedade.
- 5 Estas cifras correspondem ao último ano registrado e disponibilizado pela fonte.
- 6 Por exemplo, a partir do uso generalizado dos telefones móveis e inteligentes, deu-se um crescimento exponencial do roubo de celulares. Este delito não estruturaria uma rede de atores de violência, intermediários, encarregados da armazenagem e distribuição, bem como dos espaços de comercialização físicos e virtuais, se não fosse pela alta rentabilidade e baixo risco. Na América do Sul, redes criminosas que comercializavam celulares roubados agindo através de núcleos urbanos e seguindo rotas como Bogotá-Quito-Lima e Medellín-Bogotá-Cali-Quito-Lima foram desarticuladas.
- 7 Estes processos de estigmatização social e territorial, como os mostrados por Wacquant, Slater e Borges Pereira (2014), impactam: 1) Nos residentes de alguns bairros urbanos ou suburbanos, já que o estigma espacial deforma as relações sociais e os vínculos dos sujeitos com seu território, o que pode derivar na reprodução e proliferação do desprestígio a partir dos próprios sujeitos sociais envolvidos; 2) Nos operadores comerciais, já que o estigma opera como qualidade que desacredita tanto em nível social como econômico; 3) No nível e na qualidade dos serviços, já que o estigma propicia um trato diferenciado que, frequentemente, deriva em lógicas securitistas, agressivas e em processos de criminalização social, ao invés de políticas de inclusão e de integração econômica, social e simbólica; 4) No trabalho de especialistas em produção simbólica que coadjuvam a construir e reproduzir estigmas; e, 5) Nas crenças e decisões de funcionários públicos, que projetam e promovem medidas em base a um profundo desconhecimento daquelas zonas urbanas, o que pode resultar no reforço da marginalidade, da estigmatização e da violência.



CONVIVÊNCIA E EDUCAÇÃO: DESAFIOS PARA A CONTEMPORANEIDADE

Jaqueline Moll
Doutora em Educação.
Professora Titular
da Faculdade de
Educação da Univer-
sidade Federal do Rio
Grande do Sul (BR)

“Temos o direito de ser iguais quando a nossa diferença nos inferioriza e temos o direito de ser diferentes quando a nossa igualdade nos descaracteriza. Daí a necessidade de uma igualdade que reconheça as diferenças e de uma diferença que não produza, alimente ou reproduza as desigualdades.”

Boaventura de Souza Santos

Nossa capacidade de viver juntos tem sido o maior desafio de todos os tempos. Nômades pela necessidade de sobrevivência, perambulamos durante milênios até fixarmo-nos em espaços que, pouco a pouco, fomos transformando nas cidades que hoje habitamos. Seja pela proximidade dos rios como fonte de vida ou pela reverência aos mortos, ou por outros motivos, fomos, como humanos, estabelecendo-nos e sedentarizando-nos.

O desafio que atravessou e atravessa toda história, sobejamente retratado por estudiosos, é o da nossa convivência, da nossa capacidade de partilhar a vida, de estabelecer convívios respeitosos, e patamares sustentáveis para a vida de todos, considerando as diferenças que nos caracterizam.

Longe de desejar o estabelecimento de uma utopia de harmonia universal, baseada na ‘paz dos cemitérios’, que descartaria conflitualidades próprias da diversidade humana, a perspectiva de convivência pode ser pensada como um modo de vida em comum, construído a partir da capacidade de diálogo e de resolução pacífica dos conflitos gerados pelas mais diferentes formas de expressão e manifestação humanas.

Como tudo que compõe o universo humano essa capacidade é, efetivamente, fruto de intencionalidade reflexiva e, portanto, de ação educativa e auto-educativa. Portanto não é uma característica inerente a condição humana.

Séculos e séculos de destruição, de impérios invasores, de atitudes sanguinárias, de fogueiras inquisidoras, fizeram-nos aportar no século XXI perplexos e exaustos com a intolerância que, ainda, marca nosso modo de ser e de agir em sociedade.

Já em 1763, o ‘Tratado sobre a Tolerância’ escrito por Voltaire, expõe sua concepção, não sem contradições, acerca da convivência pacífica entre seres humanos diferentes e divergentes, mas que podem relacionar-se entre si. Voltaire reflete a partir da condenação e execução do comerciante de tecidos, de religião calvinista, Jean Calas, de 63 anos, em 10 de março de 1762, pelo tribunal criminal de Toulouse, com entusiasmado apoio da população católica local, que determinou que o réu fosse ‘quebrado vivo’, estrangulado e tivesse o corpo incinerado em uma fogueira.

Seu pensamento ainda é inspirador para reflexões sobre o tema da convivência, considerando as intolerâncias e violências simbólicas e físicas que perpassam os cenários cotidianos de nossas cidades e do mundo, abrangendo desde o que chamarei de não convivências mais prosaicas relacionadas, por exemplo a identidades esportivas ou conflitos de trânsito até as não convivências profundas relacionadas a identidades étnico-culturais, religiosas e políticas.

Algumas perguntas podem colaborar como eixos de reflexão: nossa capacidade de viver juntos passa, como acreditava Voltaire, pelo regime da razão, que esclarece lenta, mas infalivelmente, fortalecendo a virtude? Como se desenvolve na humanidade a intencionalidade reflexiva que pode dispor, cada um e todos, para uma vida



coletiva de respeitos mútuos? Que esforços podem ser ensejados, desde as pautas educativas, para a construção da convivência como *modus operandi* da vida contemporânea? Como a cidade pode contribuir para este processo? Que respostas o tempo presente tem para a construção da convivência humana, para além das leis e sanções judiciais?

Perguntas que não serão respondidas *in totum* nessa reflexão, mas que nos podem auxiliar no profundo desafio que significa ‘viver juntos’.

CONVIVÊNCIA HUMANA E PROCESSOS EDUCATIVOS: REFLEXÕES A PARTIR DO BRASIL

O ensaio do filósofo brasileiro José Américo Pessanha, denominado “Imaginação, racionalidade e ética”, apresentado na reunião da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Educação do Brasil, em 1996, propunha uma interessante figura de linguagem para pensar os “trânsitos” do tempo presente: referia-se ao trapézio, ao trapezista e ao movimento de largar um trapézio e ainda não ter agarrado o outro.

De uma noção ‘dura’ de organização da vida social, baseada em instituições regradas pelo aparelho estatal, que por sua vez, organizariam a vida de todos, cada vez mais caminhamos para a perspectiva de redes institucionais e sociais, que com ou sem a presença do estado, podem compor um mosaico que nos localiza e identifica no mundo presente com múltiplas possibilidades de convivências e processos formativos.

A imagem do trapézio em movimento pode ajudar a pensar sobre estes processos e espaços que vem constituindo-se nos últimos 30 anos, embalados pela reconstrução democrática de nossos países. Sociedades que, pouco a pouco, despertam, e que ainda, como no caso do Brasil atual, convivem com a permanente possibilidade de rupturas, tal sua fragilidade.

Nesse cenário, entre um trapézio e outro, o debate acerca da superação, tanto das não-convivências prosaicas, como das não-convivências profundas, encontra espaço nas cidades, pensadas desde a perspectiva educativa, com seus múltiplos e possíveis ‘territórios educativos’ e/em redes, para a construção de distintos modos de pensar e inserir-se no mundo, com o desafio de reinventar nosso modo de viver nele, nossas práticas culturais, políticas e sociais e nossas instituições.

A ideia da cidade como lugar de educação, não apenas de trocas negociais e de conglomerados humanos, é – ela própria – uma ideia deste tempo em trânsito, uma ideia que pode provocar, pela sua força, rupturas paradigmáticas.

Os processos educativos na cidade são, do ponto de vista da aprendizagem da convivência humana, esforços na perspectiva de uma educação que se faça integral, pelo esforço de desenvolver nos humanos, o que de mais humano podem possuir: a sensibilidade, o senso estético, os princípios éticos, a ideia da sustentabilidade e das responsabilidades individuais e coletivas com a vida do/no planeta.

Hannah Arendt, filósofa alemã, tendo vivido a experiência de prisioneira dos campos de concentração nazista na Alemanha – expressão visceral da não-convivência profunda, nos alerta que “a educação é o ponto em que decidimos se amamos o mundo o bastante para assumirmos a responsabilidade por ele e, com tal gesto, salvá-lo da ruína que seria inevitável, não fosse a vinda dos novos e dos jovens”.



Sua reflexão pode ajudar-nos a quebrar os muros impostos e enrijecidos ao longo da modernidade, que limitam a tarefa educativa ao *modus operandi* da instituição escolar com suas normas rígidas, escalas de avaliação e processos de homogeneização e silenciamento.

Considerando a desigualdade histórica e estrutural de nossas sociedades e os profundos processos de exclusão material e imaterial que condenam milhões de pessoas a viverem de modo indigno, o horizonte no qual se espraia esta reflexão é o do compromisso com construir um mundo em que todos caibam, uma das bases estruturais para a superação das não-convivências.

Tal percepção corrobora a dimensão profundamente política presente neste alargamento de perspectivas que entendem a cidade com seus territórios, como reconfiguradoras da ação educativa na sociedade em que vivemos. Acolher a cidade com seus territórios implica identificar e articular espaços, instituições, políticas públicas, iniciativas cidadãs, movimentos sociais e, além disso, acolher os saberes construídos ao largo da história dos grupos sociais que habitam as cidades, saberes convertidos em práticas cotidianas e em tradições culturais, com seus conceitos, especulações, modos de pensamento.

Nesses processos e espaços demarcam-se as possibilidades para a aprendizagem e o desenvolvimento da convivência.

No caso brasileiro, marcado ‘a ferro e a fogo’ por um passado escravocrata, com parcela expressiva da população reduzida a “carvão para queimar na produção das mercadorias”, no dizer do antropólogo Darcy Ribeiro, a recomposição do “nervo ético” como sociedade, condição para a convivência, passa pela capacidade de construir caminhos de inclusão material e simbólica, através de processos que ousem reinventar o que está naturalizado. Expressão esta que nos faz pensar em Bertold Brecht, dramaturgo alemão, quando escreveu: “nada pode parecer natural, nada pode parecer impossível de mudar”.

Nos avanços e retrocessos da história brasileira, a Constituição de 1988 demarcou um tempo de afirmação de direitos e de reconhecimento, na esfera pública, de sujeitos, excluídos e silenciados por séculos. Coerente com a perspectiva de redemocratização do país, consagrou a visão de pleno desenvolvimento da pessoa, como horizonte do processo educativo. O pleno desenvolvimento inclui, impreterivelmente, a capacidade de viver em coletividade, de respeitar e promover a dignidade humana, pilares para a convivência como modo de vida. Abriu, desta forma, caminhos para políticas que pensassem a vida em sua globalidade, a partir de direitos a serem garantidos a todos, sobretudo aqueles que sempre estiveram a margem.

No campo da educação, este caminho implicou, entre outros elementos, reconhecer a potência formativa que está localizada para além das paredes das salas-de-aula, pelo reconhecimento dos saberes produzidos nos diferentes âmbitos do mundo da vida. O próprio reconhecimento dos saberes produzidos, através do que Paulo Freire chamaria de ‘leitura de mundo’, coloca-se como elemento de reconhecimento do outro e, portanto, como ponte para a convivência, desde os temas prosaicos até os temas profundos.

Tais processos, contribuem para o reconceptualização da cidade e, sobretudo, para

afirmação de identidades individuais e coletivas, e constituem elementos, como evidencia o sociólogo português, Boaventura de Souza Santos, de um paradigma que se anuncia no horizonte. É outro paradigma, mas não é, e nem poderia ser completamente novo. Vem sendo gestado no cotidiano de muitos bairros e territórios de nossos países e cidades, em movimentos que conectam tanto a escola, como outros espaços e redes, com as lutas sociais em torno dos direitos humanos e dos humanos e da sustentabilidade social e ambiental.

No Brasil da última década, que viveu mais um de seus intervalos democráticos, tais processos, como desejo e como ação irromperam em diferentes espaços de seu imenso território, através de ações que afirmaram patamares mínimos para a sobrevivência humana, legislações protetivas para os historicamente violentados, políticas afirmativas para acesso a serviços públicos, ações educativas e culturais que ousaram desnaturalizar os fracassos, despatologizar a pobreza e reinventar os processos pedagógicos, para além dos interesses do mercado.

A TÍTULO DE CLAUSURA

Considerando as perguntas, em aberto, postas no início desta reflexão, aponto de modo afirmativo para a construção de uma razão que pode fortalecer virtudes que qualifiquem a esfera comunitária em nossas vidas, ou seja, que corroborem a convivência como modo de vida.

Mas não sera qualquer razão a permitir isso! Só uma razão sensível, construída a partir do respeito às diferenças, portanto embebida de vivências democráticas e dialógicas que envolva crianças, jovens, adultos e velhos como membros de uma mesma comunidade de destinos, uma razão não-hierárquica e não baseada em padrões homogeneizadores.

Desde os diferentes espaços reais e virtuais, essa razão pode ser desenvolvida, no âmbito das diferentes instituições, das redes sociais, dos espaços da vida privada e da vida comunitária, nas praças, parlamentos e ruas de nossas cidades. Em todas as situações de conflitualidade, em que os

esforços sejam de ações de mediação dialógica e de restauração de dignidade, a construção da convivência como *modus operandi* estará sendo afirmada.

Esse esforço, para construção de patamares sustentáveis de convivência humana, tem sido permanentemente realimentado por utopias sonhadas ao longo dos tempos, em diferentes lugares do planeta, por diferentes filosofias e ideologias que afirmam a liberdade e a dignidade humanas como valores imprescindíveis para o que pretendemos como civilização.

Neste caminho, a rede que pode sustentar o trapezista no seu vôo estará entretecida pelo agir individual e coletivo, na direção tanto ao direito à igualdade, quanto ao direito à diferença.

Notas:

1. Doutora em Educação. Professora Titular da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (BR). Foi Diretora de Políticas para a Educação Integral (2007-2013) e para a Educação Profissional (2005-2007) no Ministério da Educação do Brasil.



JOVENS E CIDADES EM UM MUNDO GLOBALIZADO: APONTAMENTOS A PARTIR DE UMA PERSPECTIVA LATINO-AMERICANA COM ENFOQUE DE DEREITOS¹

Ernesto Rodríguez

Sociólogo Uruguaio,
Diretor do Centro
Latino-americano
sobre Juventude

INTRODUÇÃO

Os vínculos entre as e os jovens e as cidades em que habitam têm-se transformado significativamente nas últimas décadas. No entanto, o exame desses vínculos tem sido – até o momento – muito escasso, tanto no campo dos estudos urbanos como no campo dos estudos sobre a juventude. Trata-se de um assunto no qual a literatura é escassa e que não costuma aparecer nos programas dos seminários, oficinas e encontros, nacionais e internacionais, que são celebrados regularmente nestes e em outros campos semelhantes do desenvolvimento humano. No entanto, trata-se de vínculos centrais de qualquer ponto de vista, na medida em que quase todos os temas presentes nos primeiros lugares da agenda política e na preocupação da opinião pública em todos os nossos países, têm a ver especificamente com a dinâmica das cidades e com as práticas que em dito marco são desempenhadas pelas novas gerações. Assim, desde a insegurança pública até a dinâmica cultural, passando pelas mobilizações políticas e o uso do tempo livre, a presença dos jovens nos cenários urbanos é, por assim dizer, tão evidente como desafiante. As observações a seguir, tentam entender esses vínculos a partir de uma perspectiva comparada, tomando como referência o cenário latino-americano, assumindo que se trata de um olhar exageradamente abrangente e simplificador, que inevitavelmente passa por cima das múltiplas especificidades nacionais e locais existentes ao longo de toda nossa região. Portanto, não se pretende expressar – nem sequer minimamente – ditas especificidades, mas apenas oferecer um possível esquema interpretativo geral, que possa servir de base para futuras pesquisas e debates sobre cidadania neste campo.

Para isso, em primeiro lugar, são estudadas as diversas formas em que os jovens se apropriam dos espaços urbanos, analisando particularmente a evolução que vai das manifestações estudantis até os concertos de rock, as múltiplas expressões e práticas das denominadas “tribos urbanas”, e a presença mutante e desafiante das quadrilhas juvenis (patotas, maras, gangues, etc.), observando suas ligações com o desenvolvimento urbano e com a insegurança da cidadania. Em segundo lugar, mergulhamos na análise do vínculo entre a participação juvenil e a construção da cidadania, questionando o modelo vigente das últimas décadas que se centraliza na construção de espaços específicos para a juventude e salientando o valor da participação juvenil em espaços universais, referindo-se, por último, ao sentido e à importância da participação juvenil na dinâmica de nossas cidades. E em terceiro lugar, faz-se um esforço prospectivo, tratando de imaginar como serão os vínculos entre jovens e cidades nas próximas décadas no marco da globalização, propondo ao mesmo tempo algumas estratégias para melhorar e potencializar esses vínculos, sob a determinação de planejar os espaços urbanos com perspectiva geracional, contando com os jovens como atores estratégicos do desenvolvimento.

1 • JUVENTUDE E APROPRIAÇÃO DE ESPAÇOS URBANOS

Como é que funciona na prática este complexo vínculo existente entre jovens e cidades? Observemos esquematicamente algumas das modalidades dominantes, para identificar os padrões existentes e desafios a serem encarados a futuro nesse campo.

A • Dos Protestos Estudantis aos Concertos de Rock. Uma primeira dimensão para o estudo é a que está ligada às expressões mais visíveis da participação social, política e cultural dos jovens, terreno no qual, durante décadas, prevaleceu claramente a dinâmica organizada e altamente politizada dos movimentos estudantis, mas que depois foi cedendo espaço para a participação mais instrumental e menos ideologizada dos concertos de rock e outras modalidades afins, em um processo carregado de envolvimento e de diversos tipos.

Historicamente inclusive, a primazia do Movimento Estudantil (em singular e com letra maiúscula) foi claramente dominante, principalmente nos agitados anos da crise do modelo de substituição de importações e a expansão urbana dos anos cinquenta, sessenta e setenta. Praticamente, não existiam outras modalidades de expressão e mobilização juvenil organizada, com exceção da protagonizada pelas juventudes dos partidos políticos, associada (e até conduzindo) as passeatas estudantis. Em contrapartida, na década de oitenta, a dinâmica dos movimentos estudantis (agora no plural e em letra minúscula, para estar alinhada com a massificação e heterogeneização da matriz educacional) começou a ser acompanhada pela crescente presença (mais inorgânica e menos sujeita a normas político-partidárias clássicas) da denominada “juventude popular urbana”, que nas grandes populações marginais encarava a organização e mobilização juvenil com outros códigos, mais carregados de práticas ligadas com a violência e a exigência das ruas. Somente as organizações e movimentos juvenis ligados às Igrejas (especialmente a Pastoral Juvenil da Igreja Católica) conseguiam estruturar espaços mais plurais de participação, com escassos níveis de autonomia efetiva (dependendo fortemente dos adultos referentes), mas que como o passar do tempo foram transformando suas posturas progressistas da época em enfoques mais conservadores e cada vez mais estritamente religiosos, carregados de conteúdos místicos e com grande rigidez normativa, em boa parte dos casos e principalmente no âmbito das Igrejas Evangélicas.

No auge neoliberal, por sua vez, fui testemunha de várias tentativas (muitas das quais frustradas) de organizar os jovens em torno de iniciativas de puro teor governamental, que não conseguiram reunir a adesão estável das novas gerações, enquanto que as mobilizações estudantis foram escasseando e as mobilizações das juventudes populares foram cedendo terreno para as irrupções mais violentas e inorgânicas também das quadrilhas juvenis e outras formas conexas. Neste contexto, e principalmente à causa do impulso do “mercado” e de um grande apoio da mídia que inclui o surgimento de canais televisivos exclusivamente dedicados a essas dinâmicas, certas práticas ligadas à cultura foram sendo desenvolvidas e institucionalizadas, visíveis na organização de grandes concertos musicais (especialmente de rock) e que ainda continuam, embora já não sejam tão centrais como num princípio, e estejam mais incorporados a uma dinâmica cultural altamente comercializada nos dias de hoje.



B • As Tribos Urbanas e a Disputa pelos Espaços Públicos. Paralelamente, nossos países assistiram a um importante apogeu das denominadas “tribos urbanas”, visíveis na presença nas ruas, praças e centros comerciais, de grupos ligados à cultura punk, os góticos, os vinculados ao hip-hop e outras formas de rap, bem como as culturas dreadlocks, rastafáris e aos “emos” (mais recentes em sua aparição pública), entre outras. Inclusive, pode e deve ser acrescentado o surgimento de outros grupos juvenis seguramente mais informais, ligados a certas práticas esportivas (como o skate e o bicicross) e/ou a certas expressões culturais mais heterodoxas (como o grafite e o teatro de rua) entre outras não menos relevantes. Com certeza, trata-se de expressões culturais juvenis muito diversas, mas que compartilham certos códigos comunicacionais e até existenciais muito particulares, que fomentam uma grande coesão social em direção ao interior desses grupos e movimentos, e ao mesmo tempo, um crescente distanciamento em relação com outros jovens e gerações adultas, que olham com certa apreensão e até desconfiança estas particulares dinâmicas, com crescente presença e visibilidade nos espaços públicos de grande parte de nossas cidades. Em várias ocasiões, estas distâncias inclusive geram agudos processos de estigmatização social e até importantes enfrentamentos entre grupos e/ou destes com a polícia. Por muitas e variadas razões, essas “tribos” desafiam crescentemente a dinâmica das cidades e o próprio planejamento urbano, na medida em que grande parte destas dinâmicas quase não reconhece a existência de crianças e idosos no tocante à estruturação de praças e parques, por exemplo, sem que se inclua adequadamente e na dimensão necessária, a disposição de espaços públicos projetados especialmente para os jovens (com exceção dos espaços esportivos), pelo qual essas “tribos” devem apropriar-se desses espaços, transformando suas próprias dinâmicas de raiz. A utilização de parques e praças públicas para concertos de rock ou como pistas de skate são só algumas das expressões mais visíveis destes fenômenos.

Em muitos casos, inclusive, estas práticas dão lugar a processos de grande dinamismo, a partir do uso intensivo das denominadas redes sociais, apoiadas em ferramentas comunicacionais modernas (celulares e internet, particularmente), com as que seus membros se comunicam e convocam às suas principais atividades e mobilizações, conseguindo adesões nada irrelevantes e que em vários casos são dirigidas com critérios próprios, alheios às normas estabelecidas pelo mundo adulto, e por isso são fortemente rejeitadas pelo entorno adulto correspondente, que exige das autoridades públicas maior e mais estrito controle a respeito, agigantando o suposto “perigo” de tais agrupações juvenis.

Essas distâncias entre as gerações são muito visíveis em quase todos os casos, mas em alguns, particularmente, adotam formas onde os enfoques interpretativos são nitidamente opostos. É o caso - por exemplo - do grafite, considerado pelo mundo adulto como simples “sujeira” e de parte dos próprios jovens, como expressões artísticas e práticas de apropriação de espaços públicos, dando lugar a políticas públicas nitidamente opostas, que em alguns casos fomentam a “tolerância zero”, perseguindo os grafiteiros, e em outras estimulam as expressões culturais, convocando os “artistas” a embelezarem a cidade. Isso leva a que em vários casos nacionais tenham sido aprovadas leis contraditórias (o grafite como arte a ser estimulada ou



como delito a ser banido, segundo sejam leis de juventude ou leis de segurança) e isso até que diferentes instituições de um mesmo governo se sintam ameaçadas a respeito, em seu vínculo com estas agrupações juvenis.

C • Quadrilhas Juvenis, Crime Organizado e Insegurança Cidadã. Finalmente, nesta rápida revisão dos vínculos dominantes entre jovens e espaço público em nossas cidades, fica evidente que nas últimas décadas foram desenvolvidas e diversificadas as práticas ligadas às diversas formas de agrupação juvenil, que comumente englobamos no ramo de “quadrilhas”, em muitos casos sem estabelecer as mais elementares distinções entre elas e definindo políticas públicas que homogeneamente as estigmatizam e perseguem, associando-as com o crime e a violência. O assunto tem sido intensamente estudado, principalmente na América Central, região afetada por agudos quadros de exclusão social e violência (associados à herança dos conflitos armados do passado e aos processos de paz incompletos) bem como em vários dos maiores países da região (Brasil, Colômbia, México) afetados por agudos quadros de violência ligada à presença de grupos paralelos aos poderes do Estado (particularmente o narcotráfico), mas o fenômeno está presente (em diversas dimensões e modalidades) em quase todos os países da região.

Se algo fica claro dos estudos disponibilizados até o momento (sistematizados, por exemplo, em Rodríguez: 2014) é que estamos diante de um heterogêneo grupo de realidades particulares, no qual devem ser distinguidas – pelo menos – as quadrilhas que são apenas grupos que promovem espaços de encontro e de proteção mútua, daquelas que reúnem características semelhantes, mas que estão envolvidas – de um modo ou de outro – com o crime organizado, especialmente “contratadas” para o “trabalho sujo” que diversos grupos criminosos estimulam cotidianamente. No entanto, as políticas públicas têm oferecido respostas chamativamente homogêneas, focadas fundamentalmente no controle social e na simples repressão policial, no marco de “leis anti-maras” e outras modalidades legais semelhantes, nitidamente anticonstitucionais e que castigam a simples pertença à patotas ou quadrilhas, hajam cometido crimes ou não, e isso transforma radicalmente o desempenho da Justiça neste campo. No máximo, e só em alguns casos particulares, estas medidas aparecem acompanhadas por programas de prevenção que, infelizmente, quase nunca contam com os recursos necessários para um desenvolvimento eficaz.

Inclusive em alguns casos, esses programas de prevenção encontram-se baseados em hipóteses que não guardam relação efetiva com os problemas que pretendem encarar. Os programas que oferecem empregos precários, por exemplo, não cobrem os mais mínimos níveis de comparação entre a renda que geram em dito marco versus os que são produzidos no desempenho das práticas criminosas. E os outros que oferecem postos de trabalho ou bolsas de estudo em troca da entrega de armas, e que longe do que supostamente propõem, favorecem o comércio ilegal de armas e deixam precedentes sumamente criticáveis, desde o momento em que praticamente transmitem aos jovens que não estão vinculados nestas dinâmicas, uma mensagem de que têm que estar armados para conseguir apoios deste tipo. Em suma, estamos diante de dinâmicas atravessadas por processos de grande perversidade, que têm



adquirido alto grau de complexidade com o passar do tempo e com a acumulação de respostas equivocadas, que deverão ser enfrentados a futuro sobre outras bases analíticas e programáticas, situando-se nas antípodas da violência, através da promoção de culturas cidadãs mais inclusivas e democráticas, focadas claramente no estímulo da convivência entre “diferentes” (Mokus, Larraín e Villa coord. 2012).

2 • PARTICIPAÇÃO JUVENIL E CONSTRUÇÃO DE CIDADANIA

Outro aspecto relevante para a análise do vínculo entre jovens e cidades é o relacionado com as diversas modalidades de participação juvenil e construção de cidadania existentes na região. Vejamos algumas das mais relevantes.

A • Construção de Espaços Específicos: Contribuições e Limitações. A literatura que está disponibilizada sobre estes temas mostra claramente que a maior parte das experiências vinculadas com a participação juvenil e com a construção de cidadania tem sido desenvolvida no marco do enfoque que prioriza a construção de espaços específicos para a juventude, isto é, a construção de Casas da Juventude e/ou Clubes Juvenis, a instalação de Parlamentos Jovens e/ou a criação de Conselhos da Juventude (que reúnem movimentos e organizações juvenis de diversas índoles), entre outras modalidades extensa e intensamente ensaiadas em nossos países.

Dizemos que se trata de uma questão focada na criação de espaços específicos para a juventude, para opor-se ao modelo focado no estímulo da participação de jovens em espaços universais de participação cidadã (orçamento participativo, auditoria social, desenvolvimento local, etc.) que caracterizaremos na seguinte seção. Queremos salientar o eixo de criação de espaços exclusivos para jovens (ou, dito com maior exatidão, para certos jovens, em geral identificados como “vulneráveis”, “excluídos”, etc.) que foram desenvolvidos em quase todos os países da região. As experiências expostas (e documentadas, pelo menos, em termos gerais) demonstram que estes processos têm sido muito limitados nos impactos efetivamente atingidos, em função dos objetivos propostos, com o qual, e longe do que se propuseram (a integração social dos jovens “excluídos”), reforçaram em grande medida e na maior parte dos casos o isolamento social dos jovens com os quais vinham trabalhando.

Isto pode ser explicado por meio de uma série de fatores, entre os que se destacam as práticas juvenis (cuja tendência é desenvolver grupos com membros de características semelhantes que se fecham, impedindo a entrada de outros diferentes), as práticas dos funcionários públicos designados para estas tarefas (que trabalham em “horário de escritório”, e que têm escassa compatibilidade com o tempo livre dos jovens) e as tendências da opinião pública, focadas em práticas “estigmatizadoras” deste tipo de experiências (porque reúnem jovens “estranhos”), entre as mais relevantes (ver, por exemplo, Rodríguez coord. 2013). Porém, além dessas práticas e limitações específicas, convém recordar que a condição de jovens vai-se perdendo inevitavelmente com o passar dos anos e muda essencialmente durante o próprio desenvolvimento juvenil (é muito diferente ser jovem aos 15 anos, aos 20, 25, etc.), e isso obriga a começar o trabalho de cada ano com jovens diferentes (ainda no caso em que sejam os mesmos) formando processos com escassa capacidade de

acumulação efetiva, pelo menos a partir da lógica dos próprios jovens, por mais que as instituições que promovem estes processos realmente tenham dita capacidade (embora nem sempre seja utilizada adequadamente). Isto indica uma diferença substancial com outros grupos da população (como as mulheres) que reúnem condições mais estáveis no tempo, pelo menos em se tratando da construção de identidades.

B • Participação em Espaços Universais: Experiências e Desafios. Por outro lado, o estímulo para a participação juvenil em espaços universais de participação cidadã tende a fomentar a integração dos jovens com os adultos (implicando relações consensuadas ou conflitivas) com os quais podem impulsionar ações conjuntas. Isto é muito perceptível nos processos que visam fomentar a participação cidadã na alocação de verbas (orçamento participativo), no controle social de políticas públicas (auditoria social) e/ou no desenvolvimento local (participação cidadã em escala municipal, etc.) entre outras modalidades semelhantes. A literatura disponibilizada demonstra que estas experiências têm colaborado fundamentalmente com os esforços destinados em passar das democracias "eleitorais" às democracias "cidadãs", e tudo isso foi o que permitiu ir desdobrando esforços mais sistemáticos e pertinentes, destinados a fortalecer a democracia em todos os níveis.

Infelizmente, na maior parte das experiências desenvolvidas nas últimas décadas, verificam-se práticas paternalistas e/ou excludentes dos jovens. Entre os adultos que dominam estas práticas participativas (construção de agendas que só incluem temas de interesse para os próprios adultos, desenvolvimento de práticas exageradamente formalizadas que não são atrativas para os jovens que tentam integrar-se a tais dinâmicas, etc.), práticas que deveriam ser substancialmente limitadas a futuro, para poder potencializar mais e melhor a integração das novas gerações nestes espaços, renovando-os integralmente. No entanto, para além destas limitações, é evidente que os jovens que se incorporam a estas experiências conseguem gerar mais e melhores capacidades para o exercício de seus direitos cidadãos, com o qual o impacto efetivo também é mais evidente. Isto se explica, fundamentalmente, pelo fato de que estamos diante de processos mais "reais" e menos "artificiais" que os anteriormente caracterizados, nos quais existem recursos disponibilizados para agir e onde se estimulam iniciativas que procuram incidir efetivamente nas dinâmicas nas que se envolvem, a diferença das que estão focadas na construção de espaços específicos, anteriormente criticadas, que em geral são desenvolvidas de uma maneira bastante isolada e, portanto, com escassas possibilidades reais de impacto efetivo.

Um dos aspectos mais resgatáveis, neste sentido, é o que se encontra vinculado à possibilidade de aprender – a partir da prática – a conhecer as principais chaves do funcionamento de nossas sociedades, incluindo os elementos interpretativos potentes, que vão além das atitudes costumeiras e gerais com as que os jovens (e também os adultos) costumam julgar o ambiente que os rodeia, simplificando em grande medida a realidade circundante. Isto é perceptível nas demandas formuladas através das experiências focadas na construção de espaços específicos, que em geral formulam demandas gerais (democracia, direitos humanos, etc.) e não específicas (emprego para jovens, postos de saúde para adolescentes, etc.) o qual também explica



porque os jovens se orientam- especialmente - pelas dimensões simbólicas de sua existência, em um plano essencialmente diferenciado de outros setores da população, que se orientam- mais nitidamente- pelas dimensões materiais de sua existência.

C • Por que é tão relevante a Participação Juvenil? Alocados nestas coordenadas, seria conveniente perguntar-se - de todos os modos - por que a participação dos jovens deve ser estimulada? De fato, esta pergunta e a identificação de "razões" a respeito têm sido amplamente formuladas, e apesar de não serem simples, são sumamente relevantes.

Em primeiro lugar, existe um consenso razoável em relação com o importante papel que os jovens poderiam desempenhar na construção de uma sociedade na que o conhecimento é cada vez mais relevante. Trata-se de um setor que está mais e melhor preparado que os adultos para lidar com a realidade da "permanente mudança", que não está atrelado às estruturas estabelecidas (os jovens estão sendo paulatinamente incorporados a ditas estruturas, ou simplesmente estão excluídos das mesmas), que têm um vínculo mais natural e fluído com as tecnologias da informação e da comunicação (TICs) e que está mais e melhor disposto a se formar de maneira permanente (um quesito fundamental no novo contexto local, nacional e mundial).

Em segundo lugar, existe também um razoável consenso em que os jovens realizam contribuições relevantes e diferentes (às dos adultos) na construção de sociedades mais prósperas, mais democráticas e mais equitativas. De um lado, contribuem com criatividade e espontaneidade em um contexto onde as exigências dos processos permanentes de mudanças expõem estes quesitos como excludentes para a permanência na dinâmica correspondente (e não ficar de lado), além de contribuírem com formas mais horizontais e tolerantes de participação social e cultural. E fundamentalmente, contribuem com novas temáticas para o debate público (equidade de gênero, cuidado do meio ambiente, ferramentas audiovisuais, etc.) com ênfase e enfoques diferentes aos que são apresentados pelos adultos.

Em terceiro lugar, também existe um amplo consenso em que o fortalecimento dos movimentos e das organizações juvenis permite contar com espaços de socialização horizontal (entre pares) que oferecem a seus membros instâncias sumamente fecundas para processarem a construção de identidades, a construção de autonomia e a consolidação dos processos de maturação pessoal e social de seus membros, localizados de maneira racional nas sociedades (locais, nacionais e globais) às quais pertencem. Isto está dito (especialmente por meio da psicologia) quase desde sempre; mas os consensos atuais incluem muitos outros enfoques disciplinares (e operativos, em políticas públicas) coincidentes.

E em quarto lugar, as organizações e movimentos juvenis podem ser (e de fato são na maioria dos casos) verdadeiras escolas de cidadania, agindo como espaços dinâmicos para a formação de valores democráticos, para a consolidação de atitudes tolerantes com a diversidade cultural (existente em todas as nossas sociedades) e para o lançamento de ações solidárias para com os mais necessitados (através- por exemplo- do desenvolvimento de programas de voluntariado ao serviço do combate à pobreza, a reconstrução de zonas devastadas por ações descontroladas da natureza



ou a construção de novos espaços para a convivência, entre vizinhos e entre cidadãos).

Por tudo o que foi dito, parece óbvio que – como já viemos dizendo há certo tempo – se a palavra-chave em políticas de infância é proteção, e em políticas vinculadas com a mulher é igualdade, em políticas públicas de juventude a palavra-chave é, sem dúvidas, participação.

3 • GERAÇÕES JOVENS E CIDADES DO FUTURO

O que poderia ser feito para respaldar processos mais pertinentes e de maior relevância para melhorar os vínculos entre jovens e cidades a futuro? Vejamos algumas das possíveis estratégias a respeito, formulando propostas para sua expansão e desenvolvimento efetivo.

A • Abrindo Espaços Públicos “Privatizados” para a Inclusão Social. Em primeiro lugar, seria altamente oportuno ampliar e consolidar as experiências focadas na abertura de espaços públicos que têm sido “privatizados” por via de regra e que são utilizados em escassa medida para o desenvolvimento de políticas públicas incluídas. É o caso, por exemplo, dos estabelecimentos escolares, que na maioria dos casos são administrados de maneira excludente por parte dos educadores, esquecendo que se trata de um espaço público onde os estudantes, suas famílias e as comunidades deveriam poder participar ativamente.

A experiência na abertura das escolas durante os fins de semana (Escolas Abertas no Brasil e na Guatemala, Pátios Abertos na Argentina, Escolas para a Equidade no México, Programa + Centros no Uruguai, etc.) mostram que se pode fazer um uso mais amplo e produtivo das instalações escolares, funcionando com regras de jogo mais horizontais e democráticas que as que regem durante a semana. Trata-se, em geral, de experiências que se distanciam dos clássicos programas de compensação dos déficits de aprendizagem e se concentram na prevenção da violência e na construção de cidadania entre os jovens que nelas participam (ver, por exemplo, Rodríguez 2011 e as referências bibliográficas incluídas). As avaliações disponibilizadas demonstram que excelentes resultados são atingidos, tanto em relação com a diminuição da violência e o melhoramento das relações entre jovens e entre estes e seus adultos de referência (pais, vizinhos, etc.) como no referente ao retorno às aulas dos “desertores”, alunos que abandonam os estudos, e na ligação com a construção de cidadania em um sentido amplo (defesa de direitos, assunção de responsabilidades cívicas, etc.). Porém, e até o momento, estas experiências são muito desiguais em seus patamares de desenvolvimento –no Brasil, a experiência conta com mais de dez anos de desenvolvimento, e atualmente, em cada fim de semana, mais de 5 milhões de adolescentes e jovens participam; enquanto que na Guatemala, México e Uruguai, praticamente foram fechadas– e por isso, haverá que consolidar estes esforços e generalizá-los em todas as nossas escolas.

Por sua vez, e paralelamente, pode-se tentar ir adiante com outros espaços públicos que também foram privatizados por via de regra. Está o caso das Casas de Cultura, por exemplo, que foram apropriadas por setores vinculados com certas expressões culturais, que discriminam fortemente outras expressões que não coincidem com



seus gostos particulares (orquestras sinfônicas são “cultura”, mas o hip-hop não é, por mencionar um só exemplo relevante a respeito). E ainda poderíamos dizer que as unidades militares, que possuem boas instalações esportivas (por exemplo), utilizam-se unicamente por seus membros e que deveriam estar abertas para que também pudessem compartilhar com toda a população interessada, incluindo de maneira destacada os jovens que inclusive poderiam desenvolver vínculos mais pertinentes com as próprias Forças Armadas, que os existentes até agora.

B • Planejando os Espaços Urbanos com Perspectiva Geracional. O mesmo tipo de enfoques poderia ser aplicado ao planejamento urbano, que deveria contar a futuro com uma perspectiva geracional mais completa e menos discriminatória que a que tem sido desenvolvida até agora.

Neste sentido, fica evidente que serão necessários espaços públicos mais pertinentes para o desenvolvimento juvenil em particular, reformando alguns espaços já existentes, como as praças e os parques, por exemplo, que foram planejados até o momento para o uso quase exclusivo de crianças (gangorras, etc.) e/ou idosos (bancos para tomar sol, etc.) Faz falta encarar com mais firmeza a necessidade de que esses espaços públicos também possuam pistas de skate e lugares para o desenvolvimento de práticas culturais juvenis (concertos, teatro de rua, etc.) para evitar a distorção do uso dos espaços até agora disponibilizados, que leva a responder com o uso da força para evitar tais processos percebidos como “diruptivos” pela população adulta.

Porém, paralelamente, haveria que trabalhar na construção de outros espaços “novos”, como os apropriados para a prática de alguns esportes extremos, que tanto têm atraído às novas gerações e que em geral são praticados “clandestinamente” e sem o devido controle (dependurados em pontes, pistas para corridas de carros e/ou motos, etc.). A esse respeito, haveria que trabalhar focados na lógica da “redução de danos”, ao invés de enfoques proibitivos que até o momento têm claramente fracassado. Haveria que trabalhar mais e melhor e de maneira complementar no desenvolvimento de bairros e áreas estudantis nas proximidades das universidades, por meio de intervenções públicas mais ativas, que não deixem a construção ou a reciclagem correspondente nas mãos da iniciativa privada unicamente e que acrescentem serviços e complementos funcionais (bibliotecas, salas de lazer para o tempo livre, etc.) que façam com que esses espaços urbanos sejam mais “habitáveis”, evitando a “invasão” de outros espaços públicos, previstos para outra classe de dinâmicas e outros setores populacionais, e que sempre provoca problemas de convivência entre as diferentes gerações.

Nesta mesma perspectiva e para evitar práticas vinculadas com a ocupação ilegal de prédios e moradias desocupadas ou que não estão sendo utilizados potencialmente, haveria que promover políticas de habitação que facilitassem o acesso correspondente, principalmente aos setores que não possuem receita suficiente para acessar à uma moradia segundo as ofertas do mercado, através de créditos bancários e outras modalidades afins. Neste âmbito, pode chegar a ser pertinente a promoção de cooperativas de habitação, pensadas especialmente para casais jovens e/ou grupos de amigos/as que querem ter maior autonomia neste campo, facilitando

assim a construção de identidade e a construção de autonomia, duas das missões mais importantes a serem realizadas na juventude.

E complementarmente, haverá que apoiar o desenvolvimento de práticas que facilitem o deslocamento de jovens entre as diversas áreas de nossas cidades e entre cidades, tanto em relação com o transporte público quanto ao atinente a moradias transitórias. Mecanismos como o “couch surfing”, incentivado pelos próprios jovens, por exemplo, poderiam colaborar significativamente neste campo em nossa região, da mesma forma que a instalação de “ciclovias” espalhadas por toda a cidade, uma linha de trabalho que vem sendo impulsionada crescentemente por várias Prefeituras em diversos países da região. Há fortes debates – que também são inter-geracionais em boa medida – entre quem dá prioridade ao uso das principais ruas e avenidas para os automóveis, e quem prioriza a convivência entre diferentes tipos de veículos, em base (também) ao respeito pleno dos direitos dos transeuntes.

C • Contando com as e os Jovens como Atores Estratégicos para o Desenvolvimento. Tudo o que foi dito até o momento pode parecer óbvio, e com certeza e em grande medida é assim. Mas convém salientar que são propostas pertinentes cuja implementação poderia formar um conjunto de respostas relevantes às múltiplas limitações existentes no âmbito da inclusão social de jovens, no contexto de nossas cidades.

Porém, para que tudo isso possa ser efetivamente concretizado, haverá que superar também os enfoques dominantes até o momento, que consideram os jovens como um simples grupo de risco (em risco de gravidez precoce, consumo problemático de drogas, envolvimento em dinâmicas focadas no desenvolvimento de violências, etc.) que, em grande medida, limita as práticas de inclusão social que são elaboradas em consequência. Como alternativa, haverá que olhar os jovens a futuro, em sua dupla condição de sujeitos de direitos (com o qual as políticas públicas mais que prevenir riscos, deveriam garantir a vigência de direitos) e atores estratégicos do desenvolvimento (superando amplamente a pura consideração dos jovens como simples beneficiários de programas e projetos promocionais). Tanto por razões quantitativas (estamos diante da geração jovem mais ampla da história demográfica da maior parte de nossos países, no marco de sociedades onde já não nascem tantas crianças como até agora, e também não existem tantos adultos idosos como os que haverão a meados deste século) como por razões qualitativas (os jovens estão mais e melhor preparados que os adultos para lidar com os dois principais componentes da dinâmica do século XXI, isto é, a permanência da mudança e a centralidade do conhecimento), os jovens podem trazer contribuições substanciais para o desenvolvimento humano de nossas sociedades, e, portanto, haverá que organizar estes processos a futuro, assumindo que são (e devem ser) beneficiários e atores ao mesmo tempo.

Para isso, haverá que proceder assumindo as múltiplas realidades específicas existentes, enfrentando decididamente as desigualdades intra e intergeracionais existentes, tanto entre jovens como entre eles e as gerações adultas. Há alguns anos, tanto o Panorama Social da América Latina 2010 da CEPAL, quanto o Relatório de Desenvolvimento Humano 2010 para a América Latina e o Caribe do PNUD, argu-



mentaram decididamente a favor de ampliar e consolidar o investimento público nas novas gerações, equilibrando mais e melhor a distribuição desse investimento entre gerações dominantes até o momento (apenas 20% destinado aos menores de 30 anos, enquanto que 80% são destinados aos maiores de 30) e mais recentemente, estudos focados na análise do investimento social em jovens têm reafirmado estes enfoques com maior rigor. (ver CEPAL – OIJ 2014 e Trucco e Ullman 2015).

A este propósito, haveria que ampliar os programas de transferências condicionadas de renda a fim de poderem beneficiar mais e melhor às famílias pobres que têm filhos/as adolescentes, ligando estes investimentos à massificação (e universalização nos casos em que for possível) do Ensino Médio, incorporando condicionalidades vinculadas também com a capacitação e a inserção no trabalho (Rodríguez 2012). De forma complementar, haverá que desenvolver os denominados “sistemas nacionais de cuidado”, levando especialmente em conta que a maior parte dos prestadores de serviços destinados ao atendimento da primeira infância, terceira idade e da população com deficiências, são – e podem ser ainda mais decididamente a futuro – jovens, especialmente mulheres, que já executam este tipo de serviço no âmbito familiar. E tudo isso deverá ser impulsado e concretizado em base a maiores e melhores articulações entre os vários níveis de governo e com a participação ativa da sociedade civil, procurando impactar no fortalecimento da democracia.

Referências Bibliográficas:

- CEPAL – OIJ (2014) *Invertir para Transformar: la Juventud como Protagonista del Desarrollo*. Madrid.
- CEPAL – OIJ – SEGIB (2008) *Juventud y Cohesión Social en Iberoamérica: Un Modelo para Armar*. Santiago.
- MOKUS, A.; MURRAIN, H. e VILLA, M. (coord.) (2012) *Antípodas de la Violencia: Desafíos de Cultura Ciudadana para la Crisis de (in)Seguridad en América Latina*. BID, Washington.
- PNUD (2010) *Actuar sobre el Futuro: Romper la Transmisión Intergeneracional de la Desigualdad*. San José.
- RODRIGUEZ, Ernesto (2015) *Bases para la Construcción de un Índice de Desarrollo de Políticas Sectoriales de Juventud en América Latina*. CELAJU – UNESCO – OIJ, Montevideo.
- RODRIGUEZ, Ernesto (2014) *Jóvenes, Violencias y Cultura de Paz en América Central: Enfoques, Dilemas y Respuestas a Desplegar en el Futuro*. CELAJU – UNESCO, Montevideo.
- RODRIGUEZ, Ernesto (2013) *Movimientos Juveniles en América Latina: entre la Tradición y la Innovación*. CELAJU – SENAJU – UNESCO, Lima.
- RODRIGUEZ, Ernesto (2012) *Trabajo Decente, Seguridad Ciudadana y Desarrollo: Bases Conceptuales para un Estado del Conocimiento con Énfasis en Jóvenes de Centroamérica y Panamá*. OIT, San José.
- RODRIGUEZ, Ernesto (2011) *Escuelas Abiertas, Prevención de la Violencia y Fomento de la Cohesión Social en América Latina: Experiencias Destacadas e Desafíos a Encarar*. Programa PREVENIR (GIZ), San Salvador.
- TRUCCO, D. e ULLMANN, H. (coord.) (2015) *Juventud: Realidades y Retos para un Desarrollo con Igualdad*. CEPAL, Santiago.

Notas:

1. Texto preparado para “Cadernos de Debate: La Convivência nas Cidades”.
2. Sociólogo Uruguio, Diretor do Centro Latino-americano sobre Juventude. www.celaju.net



São Paulo, Brasil

CASA RODANTE, CIDADANÍA NAS RUAS DA LUZ

A cidade de São Paulo, além de ser a maior cidade do Brasil, é também a mais populosa. O município, que é capital do Estado, possui uma população de aproximadamente 12 milhões de habitantes. Com uma economia dominada pelo setor de serviços, São Paulo é pólo de atração de muitos imigrantes e migrantes, pois é considerada o centro financeiro e comercial do país. Ainda, trata-se de um grande centro de negócios atraindo assim grandes empresas internacionais devido à disponibilidade e qualidade da mão de obra e do expressivo mercado consumidor paulistano. A estrutura de tecnologia da informação também é considerada relevante para a realização de grandes eventos na cidade (Fórmula 1, Parada do Orgulho LGBT, etc.). Ao mesmo tempo, São Paulo é uma cidade impactada pela histórica desorganização do planejamento urbano, extrema desigualdade sócio territorial, violência das forças policiais do Estado, desrespeito à cidadania e conseqüente desocupação do espaço público pela população. As populações historicamente marginalizadas ficam ainda mais vulneráveis em meio a uma política higienizadora e repressora que fortalece a cultura do medo.

Por este motivo, a Prefeitura de São Paulo procurou implementar uma nova agenda de direitos humanos na cidade, na qual a promoção das liberdades e o exercício da cidadania foram colocados como princípios fundamentais para a desconstrução da cultura de violações. Em paralelo, a sociedade civil já protagonizava cada vez mais ações de ocupação e intervenção urbana com as mais variadas linguagens e formatos. Estava colocado o desafio de reivindicar o direito à cidade e reivindicar o espaço público como lugar de encontro e convivência.

A Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania assume tal desafio ao criar a Coordenação de Promoção do Direito à Cidade. Esta Coordenação elabora o “Plano de Ocupação do Espaço Público pela Cidadania” que organiza uma política de fortalecimento da dimensão humana no espaço urbano da cidade e coloca a “cidadania nas

ruas” na agenda municipal das políticas públicas. Além disso, ao vincular direito à cidade e direitos humanos, a Coordenação fortalece a disputa pelos valores dos direitos humanos, presentes no cotidiano da cidade.

Por seu lado, a Secretaria de Direitos Humanos e Cidadania, primeira Secretaria de direitos humanos a ser criada em nível municipal, visou aprimorar a articulação e a gestão transversal das políticas de direitos humanos e participação social na gestão municipal, considerando a ocupação do espaço público pela cidadania questão central para o fortalecimento do sentimento de pertencimento à cidade e para construção de uma cidade mais democrática.

Nesse contexto, e de acordo com o Plano de Ocupação do Espaço Público pela Cidadania, a Coordenação de Promoção do Direito à Cidade constituiu três projetos pilotos de ressignificação do espaço público em territórios simbólicos dos direitos humanos na cidade. São eles: Largo do Arouche – referência ao público LGBT; Praça da Kantuta – referência para os migrantes latinos; Bairro da Luz (conhecida Cracolândia) – território da política de redução de danos, programa “De Braços Abertos”.

“Eis o desafio, sempre renovado: valorizar e zelar coletivamente pelos espaços das ruas, criar novos lugares e tempos para os encontros, fortalecer a cultura dos direitos humanos em territórios de exceção, produzir encontros e acontecimentos políticos/afetivos capazes de resistir ao tempo, sem deixá-los cair no esquecimento e no não lugar”.

Cristiano Vianna, integrante do projeto.

Para o bairro da Luz, em parceria com a Assessoria Especial de Políticas Públicas sobre Drogas,

da SMDHC, é concebido o projeto Casa Rodante – Cidadania nas Ruas da Luz, lançado no dia 29 de junho de 2014, para atuar numa das mais conhecidas áreas de consumo de drogas em via pública: as ruas e prédios abandonados da região concentram usuários de drogas. O projeto consiste em uma parceria estabelecida entre o poder público e a sociedade civil, representada por um coletivo artístico, a casadalapa.

A região da Luz, no centro de São Paulo, é um território historicamente estigmatizado pela população devido à freqüentação de usuários problemáticos de substâncias psicoativas, que acabou por apelidar a região com o nome de Cracolândia (em referência aos usuários de crack). Desde 2014, segundo ano da gestão Haddad, este território é alvo do programa “De Braços Abertos” que busca, por meio de uma política inovadora de redução de danos, estruturar atendimento das áreas de saúde, trabalho, assistência social e direitos humanos, a fim de promover os direitos dos usuários problemáticos de substâncias psicoativas da região.

O projeto apresentado, Casa Rodante – Cidadania nas Ruas da Luz tem como centro a Casa Rodante: um carro-ateliê equipado com mesa, cadeiras, materiais artísticos e uma equipe de articuladores territoriais a fim de incentivar a participação dos diversos sujeitos deste território nas ações do projeto. Uma mesa comum, com um café coado: um convite para uma conversa, para interação, para coleta de memórias e histórias. Com um copo de água: item de redução de danos.

Ao longo dos dias, foram realizadas diversas intervenções urbanas nas ruas, muros e praças do bairro em questão, com a participação de artistas, artesãos e a comunidade da região – moradores, estudantes, trabalhadores e beneficiários do programa “De Braços Abertos”. Roça com floresiras/ vasos-bichos, literatura de muro (lambe-lambe e grafites), criação de mobiliário, tear no alambrado, bordados, mesa com atividade para os transeuntes, desenho para as crianças, mini-estante com livros para acesso de todos. A idéia foi aos poucos ir transformando, colorindo e fazendo as pessoas

tomarem as ruas.

O projeto se estendeu até início de 2015, com atividades realizadas durante a semana e aos finais de semana, contando inclusive com Mutirões Culturais, dias inteiros com intervenções de diversas linguagens e participação dos diversos moradores do bairro. O Mutirão Multicultural, realizado sempre no último sábado de cada mês, consistia em um dia de festa no bairro da Luz. Como mencionado, ao longo de um dia inteiro, diversas atividades eram realizadas convergindo todas as frentes de atuação ao longo da semana. No intuito não somente de promover a integração das diferentes pessoas que ali trabalham, vivem, freqüentam, mas também para incentivar a ocupação das ruas por meio de diversas linguagens artísticas e o direito à cidade. O ônibus-biblioteca, equipamento da Secretaria Municipal de Cultura, também esteve presente nos Mutirões, levando àquele público e àquela região acesso a livros, periódicos e gibis. Além disso, tais momentos eram regados à música, sempre com DJs convidados, ou grupos folclóricos brasileiros.

Tendo em vista os resultados positivos de tal projeto na relação de convivência entre as pessoas que transitam, moram e trabalham no bairro da Luz, a ação ganha continuidade com o projeto “Cidadania Rodante nas Ruas da Luz”. Nesse segundo

“O objetivo é trazer a comunidade para a rua, ocupar o espaço público e criar uma vizinhança, que aos poucos, as pessoas vão se conhecendo e usar a arte e a cultura como meio de abertura de olhares”.

Silvana Marcondes, integrante do projeto.

momento, a parceria é firmada com a Associação Sabiá e continua com os integrantes da primeira etapa para realizar suas ações por mais 14 meses.

O projeto foi ajustado após avaliação das linguagens utilizadas que melhor contribuíram para atingir os objetivos de construir vínculos no território,



promover os direitos humanos e reduzir o estigma sobre pessoas em situação de vulnerabilidade social e de uso problemático de drogas. Para isso as ações realizadas passaram por empoderar e valorizar cada sujeito, abordando a auto-estima, o cuidado e o carinho.

Os resultados logrados após os primeiros 10 meses de experiência foram parcerias comunitárias por meio de intervenções sociais e urbanas. Mudaram a cara do lugar com pinturas, lambes e distribuição de floreiras, vasos e bancos nas calçadas. E criaram novas relações entre as pessoas e entre as pessoas e o bairro, com propostas como a construção de áreas lúdicas para crianças ou projeções de filmes a céu aberto, fomentando conversas sobre temas relevantes para a comunidade que convive ali.

Dessa forma, essa nova etapa do projeto, de outubro de 2015 a outubro de 2016, pretendeu solidificar as atividades que foram bem recebidas pela comunidade local durante o projeto piloto. Entre elas, as sessões de cinema do CineLuz, a Roça Urbana e as intervenções culturais nas ruas. Nesta nova etapa, a Casa Rodante já reinaugurada e tem uma bicicleta como suporte. As atividades

"A gente tem a parte da agricultura urbana que a gente faz floreiras lúdicas. Bastante diversidade, bastante alegria, bastante cor, arte, bastante vizinhança."

Marcos Castanho, integrante do projeto.

passam a ocorrer as segundas de manhã, com a Roça Urbana, quartas à noite, com o CineLuz e Sarau, e sextas de manhã, com o Jornal Mural (grafites, lambe-lambes, etc.). Além dos mutirões culturais, já mencionados.

Os Saraus são um bom exemplo para demonstrar a integração da equipe que atuou no território com os moradores do bairro. Essa intervenção artística foi demanda dos usuários de drogas, reclamando o direito à voz.

O projeto Casa Rodante – Cidadania nas Ruas da Luz promove a integração e convivência solidária de diferentes grupos urbanos no espaço público, além da importância da promoção e ampliação da cidadania ao reconhecer os usuários de drogas como sujeitos de direitos. Além disso, procura re-significar o espaço público, marcado pela alta vulnerabilidade social, promovendo e fortalecendo o sentimento de pertinência à cidade. Envolve a participação dos vizinhos, dos trabalhadores, dos estudantes, entre outros, e aponta a reduzir os estigmas sobre as pessoas em situação de vulnerabilidade social e em uso problemático de drogas.

A partir das ações, intervenções e interações, a equipe do projeto abordou diversas temáticas dos direitos humanos ampliando os objetivos iniciais da Casa Rodante. Além de estabelecer parcerias com a Defensoria do Estado em prol do direito à moradia, direito da não-violência contra as mulheres, direitos da infância e adolescência.

As ações e encontros cotidianos realizados no espaço comum produziram ao longo do tempo

"A ocupação do solo urbano na região da Luz, trazendo visibilidade, criando vizinhança e novos agenciamentos políticos, foi um dos modos ativos para a criação de Espaços Comuns de Encontro e Memória. Ideias são sementes que necessitam de prática amor e parcerias para germinar. O dispositivo hospitaleiro da Roça de Rua, através do plantio coletivo e zeladoria comunitária, aponta novos rumos para as políticas públicas de efetivação de Direitos Humanos e ocupação da cidade."

Casa Rodante

efeitos que tiveram a potência de abrir brechas para outros olhares e discursos. Com isso, foi capaz de trazer para o território da Luz novos parceiros e outros modos de visibilidade pública para assuntos antes invisíveis e inaudíveis. As Ágoras e debates nas ruas, informações diárias sobre Redução



de Danos, conversas e sessões de filmes, Jornal Mural/ Painel da Memória e a criação de Ruas do Brincar foram modos de fomentar temas como o direito à habitação, a violência contra a mulher, o uso do espaço público, os processos de gentrificação do bairro, os cuidados de si, os direitos da criança e do adolescente, entre outros.

Mais uma iniciativa na busca pela desproibição do uso do espaço público. Um passo importante no caminho pela construção de uma cidade para as pessoas. Uma cidade para todas e todos.

"A cidade é muito mais constituída dessas pequenas relações do dia a dia do que de megaprojetos"

Julio Dojcsar, integrante do projeto.



Caguas, Porto Rico

CONSELHO ASSESSOR DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA

Caguas é um município autônomo, localizado na região centro-oriental de Porto Rico, num vale que ocupa uma extensão de 152 km² e conta com uma população de 142.893 habitantes. A cidade está dividida em 11 bairros.

Conta com quadras esportivas, espaços recreativos e culturais, nos quais ocorrem reuniões familiares e entre amigos, concertos e eventos nacionais e internacionais de todo tipo. A cidade incentiva o turismo interno e externo por meio de sua oferta gastronômica, riqueza histórica e espaços para o lazer familiar. Caguas impulsiona a criação de novos negócios e o desenvolvimento econômico através de atraentes incentivos e apoio a estabelecimentos emergentes. O setor privado comunitário e o setor público se disponibilizam para a importante iniciativa de Caguas Cidade Educadora.

O Conselho Assessor da Infância e Adolescência está enquadrado no nosso Modelo de Governança Democrática. Caguas é governada conjuntamente com os habitantes e por isso a Administração reconhece que as crianças e os jovens podem ter participação ativa e representativa na Cidade.

O Conselho do Plano Estratégico de Nova Geração de nossa Administração Municipal estabelece o Delineamento Estratégico 1: Caguas é juventude e convivência saudável, comprometida com os valores do desenvolvimento humano postulados pela comunidade internacional, Meta 4: Caguas, A Cidade de Todos e Todas, Meta 5: Caguas Cidade Educadora.

De acordo com a comunidade internacional, nossa Administração e o Departamento de Educação Municipal em seu compromisso de promover a convivência saudável e a participação cidadã cria o Conselho Assessor da Infância e Adolescência (CANA), segundo a Resolução Nº. 2014-003. Fica estabelecida a importância de oferecer espaços para a participação das crianças e dos jovens na política pública da Cidade, incentivando o diálogo, o respeito e promovendo espaços de encontros e programas, tendo em vista o desenvolvimento e a promoção dos direitos das infâncias e juventudes.

O Conselho Assessor da Infância e da Adolescência (CANA) é um organismo assessor que apoia o trabalho estratégico da Administração Municipal.

O CANA está composto pelos seguintes membros: o Prefeito (que é quem preside), o(a) Secretário(a) de Desenvolvimento Humano, o (a) Diretor(a) do Departamento de Educação Municipal, um profissional da área da educação, um profissional da área do direito, onze (11) crianças com idade de 8 a 12 anos e onze (11) adolescentes com idade de 13 a 17 anos, representando os bairros da Cidade.

A seleção dos representantes decorreu da participação das crianças que responderam à convocação em seus bairros para selecionar seus líderes. O processo consistiu em que participassem de jogos que requeriam pôr em prática destrezas de liderança. Ao finalizarem os jogos, as próprias crianças e adolescentes em um processo democrático selecionavam três (3) candidatos e depois votavam secretamente. Os participantes favorecidos pela eleição passaram a ser os representantes de suas respectivas áreas.

Em alguns bairros, os trabalhadores sociais das escolas e os líderes comunitários das associações apoiaram o processo de seleção com a identificação de líderes ju-

venis. E dessa maneira foi formado o primeiro Conselho Assessor da Infância e da Adolescência, iniciado pelo Prefeito William Miranda Torres em 5 de fevereiro de 2015.

A partir dessa data, os representantes se reúnem mensalmente para desempenhar as seguintes funções:

- a.** Identificar as necessidades e promover iniciativas amigas da infância e da adolescência que incentivem a elaboração de políticas participativas e o comprometimento civil das crianças nas comunidades que representam.
- b.** Ser porta-voz dos assuntos da infância e da adolescência do bairro que representa.
- c.** Desenvolver propostas para a melhoria da qualidade de vida, promover a equidade e a diversidade que garantam os direitos da infância e da adolescência.
- d.** Desenvolver estratégias para favorecer os direitos da infância e promover as responsabilidades que cada direito traz consigo.
- e.** Impulsionar estratégias para promover os direitos da infância, fomentando a importância da convivência saudável, a recuperação dos espaços públicos e a integração intergeracional como parte primordial dos valores, história e cultura que nos distinguem.
- f.** Fortalecer as estratégias para promover os valores da Cidade.

O Conselho se reúne trimestralmente com o Prefeito para informar o resultado de sua gestão e para expor as recomendações a seguir em benefício das populações que representam. O CANA identificou e apresentou a necessidade de espaços de encontro e lazer em suas comunidades para as crianças e adolescentes se divertirem saudavelmente.

É recomendável conhecerem as organizações existentes na cidade e que estão fornecendo os espaços de encontro para crianças e jovens para avaliarem e poderem apoiar essas iniciativas. Como resultado dessa gestão, o CANA participou de um festival de ocupação de espaços, com o intuito de desenvolver atividades criativas para os cidadãos compartilharem, estimulando intercâmbios.

Após os representantes terem feito uma enquete às crianças que visitaram a Praça Pública Santiago R. Palmer num domingo de tarde para conhecer suas preferências de jogos e brinquedos, foi desenvolvida a seguinte atividade: “Promovendo o Direito a Brincar” que consistiu em ocupar um amplo espaço na Praça Palmer com diversas estações de jogos com o objetivo de que as crianças e os jovens exercessem seu direito a brincar. As estações de jogos foram: jogos de xadrez, dominós gigantes (elaborados pelos conselheiros), estação de movimento para a meninada e cuícas, entre outros. O resultado foi a integração de todos e todas aproveitando alegremente da cidade, brincando e compartilhando juntos sem importar o gênero, a cor nem a idade, acolhidos sob a sombra das árvores em harmonia com a natureza em plena praça de recreio. Uma experiência que provocou admiração e agradou os cidadãos que participaram e que indagavam quando ia ser o próximo evento. Com certeza, o Dia de Jogos cumpriu com o objetivo de oferecer um espaço para as crianças e jovens exercerem seu direito a brincar. Além do mais, ficou demonstrado que os cidadãos de Caguas sabem conviver. Através das diversas atividades, construiu-se

um ambiente harmônico entre crianças e adultos, eliminando-se barreiras e integrando as diversidades.

Análise dos resultados

Desde o princípio, o Conselho Assessor da Infância e Adolescência visa promover e fortalecer a participação ativa das crianças e adolescentes de nossa cidade, disponibilizando espaços de integração entre pares onde também promovam os direitos e responsabilidades que já trazem consigo. O papel educativo está alicerçado no desenvolvimento do CANA, perante o qual salientamos a importância da aprendizagem contínua em cada etapa da vida como eixo disparador da convivência e da construção de uma melhor cidade a futuro, respeitando as diferenças e fortalecendo o desenvolvimento de um adulto responsável consigo mesmo como indivíduo, família, comunidade e país.

A seguir, especificamos as sólidas atividades desenvolvidas pelo Conselho:

- A participação ativa de crianças e adolescentes na construção de políticas públicas, onde suas vozes são escutadas e as sugestões fazem parte vital do Plano Estratégico da Cidade.
- A promoção ativa dos direitos e responsabilidades da infância, sendo as próprias crianças e adolescentes os fios condutores das informações.
- O desenvolvimento de atividades em espaços públicos da Cidade onde se incentiva a integração inter-gerações, o respeito e os valores que nos distinguem como povo.
- A promoção da solidariedade com o ser humano, animais e o ambiente como parte essencial de uma vida saudável para a presente e futuras gerações.
- Ser parte da história do desenvolvimento de nossa Cidade, sendo o primeiro Conselho Assessor da Infância e Adolescência com participação ativa dos habitantes aí representados.

Entre os desafios identificados nos quais se está trabalhando, encontra-se a integração mais ativa dos pais ou encarregados em atividades dirigidas a dito setor da população.

Entre as ações a futuro, podemos citar: o estímulo para que participantes do CANA façam parte da renovação das gerações de liderança nas associações de residentes comunitárias. E ainda, continuar desenvolvendo espaços comuns e atividades que visem fortalecer a participação de nossas crianças e adolescentes onde a convivência pacífica, a promoção dos direitos e a aprendizagem contínua sejam o motor que lhes impulse para serem cada dia melhores cidadãos. Fortalecer a integração de todos os setores da Cidade como parte fundamental para atingir o sucesso e a evolução do Conselho Assessor da Infância e Adolescência.



Horizonte, Ceará-Brasil

PROJETO IGUALDADE

Horizonte é um município do estado do Ceará, localizado na região Nordeste do Brasil. Sua posição estratégica, a apenas 40 km da capital cearense, Fortaleza, contribuiu para que se tornasse a 8ª potência econômica do Estado, com um número crescente de indústrias e intenso movimento comercial.

Município relativamente novo, com 29 anos de emancipação política, Horizonte experimentou um explosivo crescimento entre os anos de 1989 e 2008, quando a população triplicou, chegando a 52.000 habitantes, número que atingiu 55.187 pessoas em 2010. Nenhum município do Ceará cresceu tanto em tão pouco tempo.

Neste contexto, e como tantas outras cidades de Brasil, Horizonte enfrenta a problemática da desigualdade racial. O IBGE, por meio do Censo 2010 registrou alteração na composição racial brasileira, em que a população negra passa a figurar como maioria. Os negros no Brasil, considerados aqueles que se declaram pardos e pretos, correspondem a 96,7 milhões de indivíduos – 50,7%.

Em 2011, outra publicação registrou informações importantes para a temática racial no país. A Pesquisa das Características Étnico-raciais da População (PCERP), realizada em 2008 revelou que, para 63,7% dos respondentes, a vida das pessoas é influenciada por sua cor ou raça – constatação mais presente entre as mulheres, os jovens e as pessoas com maior rendimento e escolaridade. A influência racial foi percebida, principalmente, nas dimensões do trabalho, da relação com a Justiça e a polícia, do convívio social e da escola. (IBGE, 2011)

Os alarmantes índices de violência no país, vivenciados de forma mais intensa pela população negra, têm se constituído em um dos principais pontos de contestação de organizações do movimento negro e de direitos humanos. O Brasil apresenta índices de violência letal extremamente elevados, ocupando as primeiras posições em listagens internacionais de homicídios por habitantes e o primeiro lugar mundial em números absolutos (ONU, 2011).

A população negra brasileira ainda enfrenta um abismo de desigualdade, pois são eles as maiores vítimas da violência, estão em maior número dos

indicadores sócias de pobreza e mantêm pouca representatividade nas esferas políticas, apresentando-se com renda média muito menor que a dos brancos.

Dados do IBGE mostram que as mulheres negras, quando comparadas com outros segmentos da população, são as que se sentem mais inseguras em todos os ambientes, até mesmo em suas próprias casas. Esse padrão de vulnerabilidade se repete em outros indicadores de violência. Segundo dados do IBGE e do Ipea, a população negra é vítima de agressão em maior proporção que a população branca – seja homem ou mulher.

A população negra é também mais vulnerável à pobreza. Sete em cada 10 casas que recebem o benefício do Programa Bolsa Família são chefiadas por negros, segundo dados do estudo Retrato das desigualdades de gênero e raça, do Ipea.

De acordo com GONÇALVES e SILVA (1996, p.172 e 174) estamos diante de um legado africano, uma herança que mulheres e homens escravizados deixaram para nós, povo brasileiro. Herdamos não só os ritmos, os quitutes, a religião, o jeito de viver e de trabalhar, mas também o entendimento próprio do sistema mítico, a valorização do aprender através da troca, a sabedoria popular em que o mais experiente informa e apóia o aprendiz, em outras palavras, aprende-se realmente aquilo que se vive.

A comunidade Quilombola de Alto Alegre

No Ceará não é diferente. Segundo dados do IBGE, a população negra no Estado cresce de maneira vertiginosa. Conforme o censo 2000 existia no Ceará um contingente populacional de negros correspondente a 4,1% da população. Já em 2010, o Censo registrou um percentual de 4,56%.

Este mesmo Censo apontou que apesar de ter em suas festas tradicionais elementos da cultura negra, o pouco reconhecimento da identidade negra no estado talvez contribua para a invisibilidade desta população e dos problemas que ela enfrenta.

Formalmente reconhecida como remanescente dos quilombos, a comunidade Quilombola de Alto Alegre é parte importante da história e da identi-



dade cultural do Município de Horizonte. Segundo o relatório de Identificação, Reconhecimento e Delimitação do Quilombo de Alto Alegre e Base (2008), os remanescentes são camponeses, em sua maioria, destituídos dos meios de produção e, muitas vezes, trabalham para os detentores da terra.

É no Distrito de Queimadas que existe a comunidade de Alto Alegre. Considerada uma das mais importantes partes da identidade antropológica do município de Horizonte, a comunidade possui cerca de 100 famílias, sendo o centro de atividades voltadas para igualdade racial e cultura africana e afro-brasileira em Horizonte.

É notório que as políticas públicas governamentais podem fazer muito pelo desenvolvimento cultural e socioeconômico dessas comunidades. Por isso, em Horizonte, a política de igualdade racial está vinculada à Secretaria de Desenvolvimento e Inclusão Social e é considerada uma política de fortalecimento dos direitos de acesso aos serviços, em parceria com o Sistema Único de Assistência Social (SUAS).

Núcleo de Política de Promoção da Igualdade Racial

Implantado em prédio próprio dentro da comunidade, no ano de 2015, o Núcleo de Política de Promoção da Igualdade Racial (NUPPIR) derruba barreiras institucionais e valoriza a história e a identidade da comunidade quilombola de Alto Alegre. Esta iniciativa coloca Horizonte como a primeira cidade do estado do Ceará a descentralizar o núcleo de gestão para junto da população, promovendo uma gestão compartilhada no planejamento de suas ações.

Buscando quebrar com o ciclo de exclusão social da comunidade, o município percorreu e ainda percorre trajeto importante para continuar avançando no fortalecimento e garantia de direitos de sua população negra, tendo como destaque Marco Legal relacional com essas conquistas:

- 2003 - Identificação e demarcação das terras ocupadas por remanescentes Quilombolas de Alto Alegre.

- 2005 - Criação da Associação Remanescentes Quilombolas de Alto Alegre - ARQUA/Certificado da Fundação Palmares.
- 2005 - Município assina termo de adesão à política de promoção da igualdade racial em Horizonte.
- 2009 - O 2º termo de adesão efetiva a política e institui o núcleo de promoção da igualdade racial, vinculada à Secretaria de Desenvolvimento e Inclusão Social.
- 2009 - Criação do Centro de Referência da Assistência Social - CRAS
- 2013 - Realização da 1ª Conferência Municipal de Promoção da Igualdade Racial.
- 2015 - Implantação do NUPPIR.
- 2015 - Implantação do Conselho Municipal de Igualdade Racial.

O objetivo geral do projeto é do promover e fortalecer a efetivação da Política da Igualdade Racial na perspectiva de inclusão social para a população afrodescendente horizontina. Neste marco, se procura também organizar a transversalidade de projetos e ações da gestão pública municipal; atender as demandas desses grupos em articulação com a política nacional e a sociedade civil organizada; promover a cultura de defesa dos direitos dos afrodescendentes; fortalecer a integração dos serviços públicos e comunitários no município; e fortalecer ainda a cultura, valorizar as raízes e promover a história de Horizonte.

Neste contexto, o Projeto Igualdade é mais uma ferramenta que potencializa ações em parceria com a iniciativa privada, ampliando a oferta de serviços de inclusão social com o objetivo de amenizar as marcas das injustiças cometidas no passado. É dever do Estado, pois, efetivar ações afirmativas para corrigir as desigualdades. Isto posto, a gestão local trabalha para sensibilizar a sociedade, reconhecendo as potencialidades de cada território, valorizando a cultura, o modo de vida e os costumes das comunidades, bem como o processo histórico de surgimento das mesmas.

As ações são planejadas e organizadas por uma equipe de profissionais vinculados à Secretaria

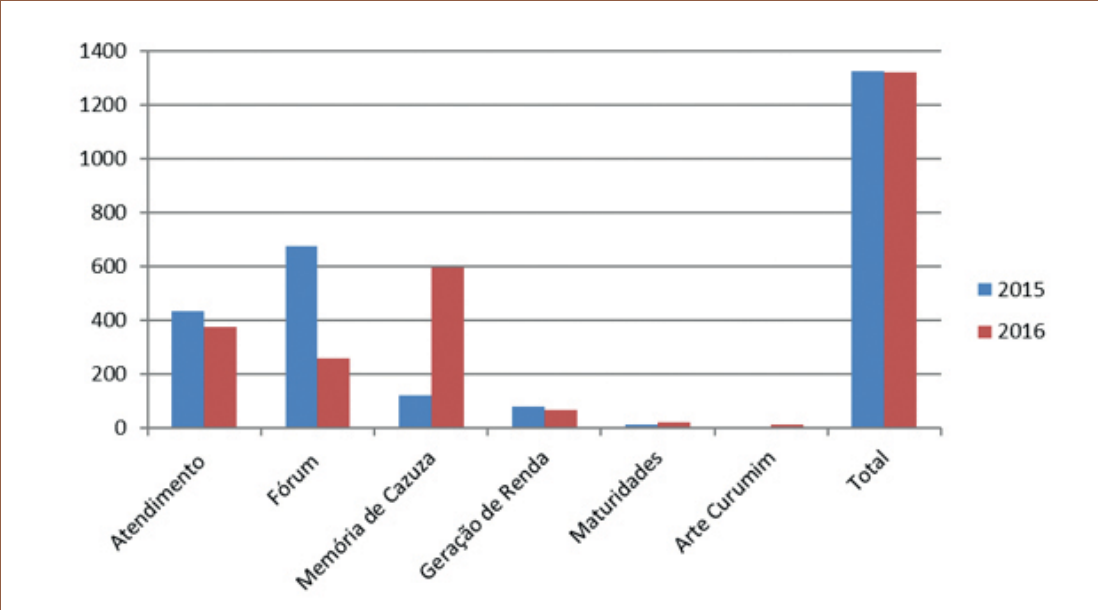


de Desenvolvimento e Inclusão Social, que inclui: socióloga, assistentes sociais, psicóloga, pedagoga e técnicos de nível médio administrativo.

1. Atendimento do Cadastro Único - A prática Cad-Quilombola - “Não nego a minha raça”: consiste em uma ação descentralizada de atendimento às famílias do cadastro único, teve seu início logo após a inauguração do Núcleo de Promoção das Políticas de Igualdade Racial, em abril de 2015,

perfazendo uma média de atendimentos de 54(cinquenta e quatro) famílias/mês, totalizando 434 atendimentos. As principais demandas desta ação são: alteração cadastral, inclusão de novas famílias, declarações para tarifa social de energia, atendimento nos sistemas SISUR/SIBEC.

Em 2016, antes do encerramento do planejamento anual, foram atendidas 374 famílias. A prática CadQuilombola foi finalista do Prêmio Rosani Cunha 2016, do Ministério do Desenvolvimento



e Social e Agrário - MDSA, que tem o objetivo de apresentar práticas exitosas da gestão municipal do Cadastro Único para os Programas Sociais do Governo Federal.

2. Fórum Permanente: Esta ação afirmativa de fórum permanente tem o objetivo de promover um espaço de diálogo da comunidade para fortalecer os vínculos comunitários e a valorização da cultura local. Em 2015 foram realizados 10(dez) fóruns com a participação de 678 pessoas. No ano de 2016, com a realização de novas atividades, até o mês de setembro foram realizados 7(sete) fóruns, com a presença de 261 participantes. Os temas

diversificaram em relação ao ano de 2015, mas as temáticas centrais foram preservadas, como por exemplo: Violência contra a mulher, Território, Juventude, Paternidade e Maternidade Responsável, Idoso e Infância Protegida.

O Fórum Permanente, por ser uma ação de caráter coletivo com formatação de mediação informativa e reflexiva para troca de experiências permite uma devolutiva dos participantes quanto ao interesse dos assuntos trabalhados, isto tem sido o diferencial para o planejamento dos encontros.

3. Memória da Cazuya: A ação desenvolve atividades culturais, sociais e pedagógicas que fortalecem



as relações intergeracionais, estreitando os laços comunitários através da contação de histórias e da valorização das memórias. O objetivo é ajudar a construir uma relação de respeito, admiração e confiança das crianças e jovens quilombolas com os idosos da comunidade. No ano de 2015, o projeto iniciou com o Centro de Educacional Infantil da localidade, atendendo 122 crianças. Os resultados foram identificados no trabalho artístico das crianças que reproduziram de forma teatral as histórias apreendidas nos encontros na primeira culminância do projeto.

Em 2016, com um novo planejamento, mais abrangente e ousado para os demais centros infantis do município, as turmas e o número de atendimento cresceram 4 vezes mais do que o ano anterior. De março a setembro, 599 crianças visitaram o projeto e vivenciaram as histórias contadas por lideranças comunitárias e idosos quilombolas.

4) Geração de Renda: Inclusão produtiva empreendedora do município através de oficinas de artesanato local levou as mulheres da comunidade quilombola ao aprendizado de vários cursos. As oficinas tinham por finalidade proporcionar renda e fortalecimento de vínculos comunitários. O resultado foi imediato na confecção de peças para venda na localidade.

5) Maturidades: Ação afirmativa com o foco na pessoa idosa. A metodologia da ação é o trabalho em grupo para a convivência e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários. O grupo cresceu de 12 para 20 participantes, de 2015 à 2016. Uma das linhas que se desenvolveu em 2015 foi a atividade socioeducativa com dinâmicas e



atividades laborais de artesanato.

Já em 2016, por necessidade apresentada pelos idosos, a linha de ação foi o letramento através da alfabetização. O impacto foi positivo na adesão de outros idosos nas diversas ações afirmativas do projeto. A ação Maturidades versão 2016 realizou o sonho da formatura dos idosos, que experimentaram momentos de emoção e sentimentos de autonomia.

6) Arte Curumim: É uma ação direcionada às crianças de 7 a 10 anos. A ação é parceria com o Centro de Referência da Assistência Social - CRAS Quilombola através do serviço de convivência e fortalecimento de vínculos com foco na arte e cultura local, com oficinas de dança e canto. Iniciado em 2016, o arte curumim vem crescendo através do entendimento que por meio dos encontros é possível desenvolver uma cultura de proteção e defesa como um direito de convivência.

Com base na avaliação técnica da coordenação do Projeto Igualdade destacaram-se os seguintes aspectos positivos:

- Reconhecimento da comunidade sobre a importância das ações afirmativas na efetivação da política de igualdade racial;
- Valorização da comunidade através dos projetos que estimularam o resgate da memória local, sobretudo acerca do aspecto intergeracional;
- Maior acesso à informação, acolhida e encaminhamentos aos serviços socioassistenciais;
- Parceria com rede intersetorial;
- Participação e controle social através da atuação do Conselho Municipal de Políticas de Promoção da Igualdade Racial;
- Auto-reconhecimento e identificação por parte da comunidade como usuários sujeitos de direitos.



Rosário, Argentina

UMA CIDADE CONSTRUINDO CONVIVÊNCIA: A EXPERIÊNCIA DOS CENTROS DE CONVIVÊNCIA EM BAIRROS DA CIDADE DE ROSÁRIO

A cidade de Rosário está localizada na zona sul da província de Santa Fé, República Argentina. É a principal do Distrito homônimo e está situada a 300 quilômetros da cidade de Buenos Aires. Tem uma superfície total de 178.69 km², com uma população estimada de **985.624 habitantes** (projeção 2015 do Censo de 2010). No conjunto de distritos e municípios que formam um aglomerado conhecido como Área Metropolitana da Grande Rosário, é a cidade principal cuja população total oscila entre 1.300.000 e 1.400.000 habitantes, segundo o critério tomado para a demarcação. Rosário é responsável por 50% do total do Produto Bruto provincial e por 5% do PIB em nível nacional. Gera 53% do emprego da província e nela encontram-se instalados 62% dos estabelecimentos industriais santafesinos.

Da população rosarina, 47% são homens e 53% mulheres. A maior parte da população está composta por crianças e jovens. 13% são crianças de 0 a 9 anos, 15% de 10 a 19, 18% de 20 a 29, 15% de 30 a 39 anos, 11% de 40 a 49 anos, 11 % de 50 a 59 anos, 8% de 60 a 69 anos, 6% de 70 a 79% e 4% de 80 anos ou mais.

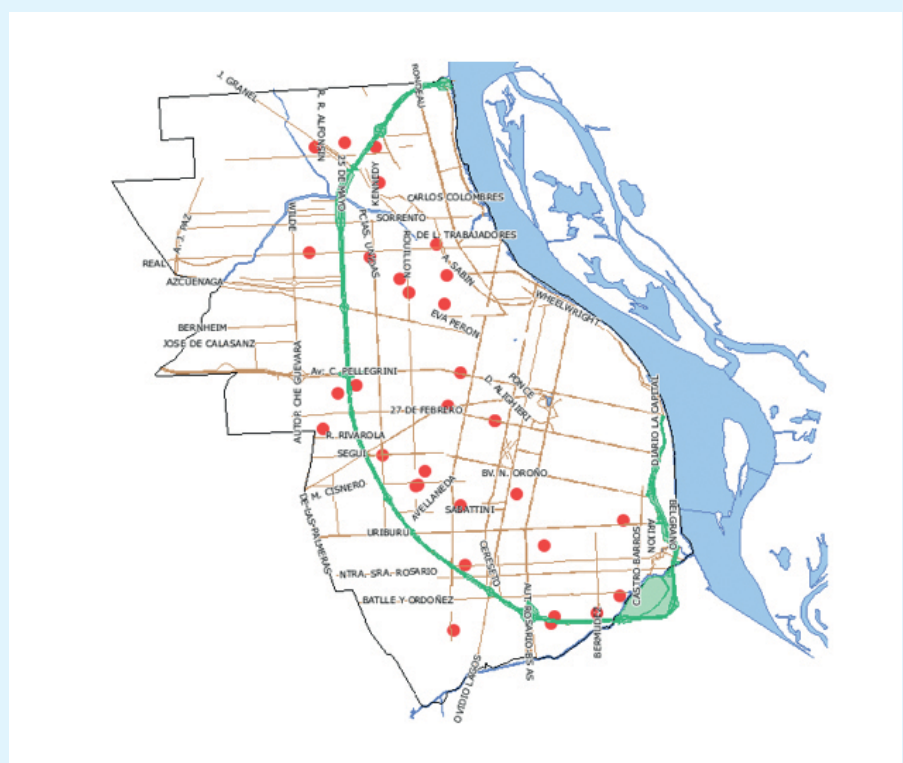
A cidade está organizada em 6 distritos através do Programa de Modernização e Descentralização Municipal criado a fins da década de 90, visando superar os inúmeros problemas que a modalidade centralizada de administração, gestão e governabilidade trazia. Rosário é uma cidade cujo governo sustenta há 20 anos um projeto de descentralização e aproximação do Estado aos cidadãos e vem desenvolvendo políticas públicas que acionaram de maneira contrária o discurso hegemônico da época, que colocava o mercado como principal agente dinamizador das relações sociais, relegando processos de inclusão e construção de cidadania, e cujo resultado foi uma enorme ampliação da brecha de desigualdade social.

Diante dessa realidade, a cidade trabalhou para reduzir essa brecha, impulsionando o desenvolvimento humano e promovendo a integração e a participação cidadã. Trabalhou potencializando as capacidades sociais que oferecem possibilidades de ser, de pensar e de agir a partir de uma autonomia que permite entrelaçar as histórias pessoais e os desafios coletivos.

Não obstante o esforço realizado, a desigualdade social continuou sendo a maior debilidade de nossos tempos. Neste sentido, o governo local sustenta uma tarefa permanente na promoção de políticas públicas ativas dirigidas à população em situação de maior vulnerabilidade social. Políticas que estão orientadas para gerar processos de inclusão de crianças, jovens, adultos idosos e suas famílias, salientando a convivência, solidariedade e a melhoria da qualidade de vida para o pleno exercício de seus direitos.

O comprometimento assumido segue então, na construção de uma cidade onde todos e todas tenham melhores oportunidades de desenvolvimento e crescimento. É por isso que o governo local propôs um novo modelo de gestão social em maior aproximação com a comunidade. Um governo de bairros, uma nova forma de abordar

Para isso, a proposta foi aproveitar um território da cidade com vasta infraestrutura social e dar atendimento às novas demandas, reorganizando e potencializando a resposta do Estado local em cada bairro, por meio de políticas sociais que visem melhorar os grupos familiares vulneráveis em trajetórias específicas de inclusão social essencialmente destinados à infância, à juventude, aos adultos idosos e aos grupos familiares em geral.



Objetivo Geral

Os Centros de Convivência nos Bairros têm como objetivo possibilitar processos de inclusão social em grupos familiares vulneráveis. Processos que visem ao pleno exercício de seus direitos cidadãos, através do aprofundamento da integralidade e integração das políticas públicas em cada território.

Objetivos Específicos:

Infância

- Incluir as crianças em atividades socioeducativas, recreativas e esportivas que fortaleçam seu desenvolvimento integral, bem como a melhor inserção e permanência no sistema educacional formal. Além de promover a inclusão digital e assegurar que usufruam dos benefícios da segurança social cabíveis.

Jovens

- Incorporar os jovens entre 13 e 29 anos em atividades socioeducativas, recreativas e esportivas que promovam sua inclusão educativa, trabalhista e cultural. Assegurando que usufruam dos benefícios da segurança social cabíveis.

Adultos e adultas idosos

- Incorporar os adultos e adultas idosos em atividades socioeducativas que promovam a educação ao longo da vida, estimulando sua inclusão em espaços recreativos, esportivos, culturais e intergeracionais. Favorecendo a participação dos adultos e adultas idosos cadastrados nos Centros de Convivência dos Bairros nas massivas propostas municipais de participação, convivência no espaço público e visibilização das temáticas intergeracionais. Assegurando os benefícios da segurança social cabíveis.

Grupos Familiares

- Fortalecer os laços familiares e comunitários, incentivando o desenvolvimento de hábitos de cuidado, convivência, participação e democratização nas relações familiares. Favorecendo também a inserção no trabalho e a assistência social dos adultos e adultas que representam cada grupo de família em situação de vulnerabilidade.

Comunidade

- Estimular o desenvolvimento das diferentes formas de organização da comunidade, recriando as redes de convivência democrática em espaços de planejamento coletivo com os atores sociais de cada território.

Os Centros de Convivência nos Bairros são instituições fundamentalmente socioeducativas. A convicção básica que orienta o trabalho nestes Centros é que a educação social contribui para a igualdade de oportunidades e para a transformação das condições de vida. Através de suas várias propostas educacionais para a infância, juventude, adultos e adultas idosos e famílias, os educadores dos Centros de Convivência em Bairros trabalham em prol de facilitar o encontro e a produção de saberes, sendo o conhecimento uma ferramenta que permite desejar e projetar um modo de vida diferente. As aprendizagens são colocadas como uma experiência coletiva de formação e busca e uma sólida aposta à participação ativa das crianças, jovens, adultos e adultas como cidadãos plenos de direitos.

Em suma, a atividade pedagógica dos Centros de Convivência está pensada e



voltada sempre para o trabalho interdisciplinar como modo de atingir a promoção cultural e social dos sujeitos, visualizando-os como cidadãos protagonistas de sua comunidade e de suas vidas.

Desenvolvimento

Os Centros de Convivência nos Bairros, a partir do trabalho de suas equipes interdisciplinares, e articulados com outros atores presentes no território, instauram integralmente as políticas sociais do município em suas áreas de influência.

Para atingir estes objetivos, os Centros de Convivência nos Bairros oferecem aos grupos familiares e à comunidade em geral diferentes propostas de promoção e proteção de direitos, dando prioridade às que estão dirigidas à primeira infância, juventude e à população adulta e de adultos idosos. A proposta de atividades está alicerçada em uma oferta sistemática e semanal de espaços socioeducativos de inclusão, bem como outra mensal/anual de eventos de convivência e participação comunitária, e que são planejados considerando a confluência da orientação da política local com a identidade e as necessidades específicas de cada território. Desta maneira, além das ações comuns a todos os Centros, são desenvolvidas propostas que surgem do diálogo permanente entre o trabalho das equipes em cada local e os interesses, necessidades e problemáticas próprias de cada bairro.

Neste contexto, são desenvolvidas:

- Atividades socioeducativas para crianças de 3 a 13 anos.
- Quota nutricional para crianças de 2 a 4 anos.
- Atividades educativas, recreativas e culturais com os grupos familiares e a comunidade em geral.
- Inclusão social e trabalhista para jovens.
- Incorporação de adultos e adultas idosos em atividades socioeducativas e espaços esportivos e recreativos.
- Fortalecimento de laços familiares e comunitários.
- Assistência social a grupos familiares em situação de extrema vulnerabilidade.
- Incentivo ao desenvolvimento de organizações sociais, integrando-as à rede de proteção social dos bairros (refeitórios, distribuição de merendas, centros comunitários).
- Atividades particulares em cada Centro ou grupo de Centros, por exemplo: Bairros De Cara al Río, Circo Social, Ecotribus, El Tallereco, La pelota como Bandera, Asamblea Joven, entre outros.

Por um lado, em situações que requerem assistência social e/ou proteção diante da vulneração de um direito, equipes de profissionais interdisciplinares intervêm em função dos variados protocolos de atuação existentes. Assim, abordam-se as problemáticas sociais prementes como a violência de gênero, o maltrato infantil, o assédio sexual, a carência de cuidados parentais, a falta de afiliação institucional, a situação das ruas, entre outras.

Ainda assim, os Coordenadores dos Centros de Convivência nos Bairros em parceria com o Coordenador de Distrito da Secretaria de Promoção Social são os encarregados de avaliar, projetar e executar as estratégias de ação territoriais integradas e integrais



em cada uma das 31 zonas de influência dos Centros nos Bairros, e conjuntamente com as demais Secretarias e Áreas municipais descentralizadas (Saúde Pública, Educação e Cultura, Economia Social, Serviços Urbanos, entre outras).

Resultados

Mais de **3.000 famílias** vincularam-se com as diferentes propostas dos Centros de Convivência nos Bairros durante o ano de 2015, sendo que 85% dessas famílias procedem das zonas com maior vulnerabilidade social.

Entre as atividades nas que os adultos desses grupos familiares participam, podem ser mencionadas:

- Semana de leitura com adultos; Chá-mate literário; Obras de teatro organizadas por adultos idosos.
- Passeios e trajetos: “Turismo em minha cidade”; visitas a Museus, à Granja da Infância e a outros espaços culturais da cidade.
- Encontros para inventar, construir, consertar e restaurar jogos de grande tamanho e construção de brinquedos com materiais reciclados.
- Oficinas e Cursos de capacitação: Cozinha, Indumentária, Reciclado, Joalheria contemporânea, Horta, Fabricação de suvenires, Cabeleireiro.
- Construção de fogão foguete (rocket stove) e capacitação com a Secretaria de Meio Ambiente.
- Espaços de reflexão sobre a maternidade e questões de gênero, conversas nos Postos de Saúde, oficinas de orientação para pais, jornadas com nutricionistas.
- Diversas atividades em praças e parques onde as famílias participam em jogos ao ar livre que promovem a integração e o fortalecimento de laços.
- Aulas radiais, que permitem aos adultos finalizar a educação fundamental e espaços de alfabetização com a metodologia “Eu posso sim!”.
- Atividades físicas e recreativas para adultos: Nós de caminhada. Ioga. Dança.
- Festividades: da Primavera, da Família, do Dia da Criança, entre outras.

Com relação à Infância, educadores especializados trabalham com uma média anual de 1.000 crianças da 1ª infância e 1.400 crianças da 2ª infância. Estas últimas também foram incluídas em espaços de recreação e de esportes.

Em 9 Centros são feitas abordagens de Intervenção oportuna no Desenvolvimento Infantil Precoce desde os 45 dias de vida, em parceria com a Secretaria de Saúde Pública.

Além disso, em prol de fortalecer e ampliar o trabalho com a população infantil dos bairros mais vulneráveis tem-se aprofundado no acompanhamento técnico e com apoio financeiro para as organizações da Sociedade Civil que trabalham com crianças.

Visando dar prioridade ao uso dos espaços de recreação e esporte para aqueles que mais necessitam, os Centros de Convivência reforçam e aprofundam permanentemente a convocação e o acompanhamento de crianças, jovens e adultos idosos dos setores mais vulneráveis ao uso das piscinas e Colônias de Férias de Verão municipais. A cada ano são 10.000 crianças, jovens e adultos idosos deleitando-se nas piscinas e nas colônias de verão.



Com a incorporação de Educadores Sociais, as propostas desenvolvidas com os jovens de cada território puseram em jogo linguagens específicas, construindo referências com as instituições estatais, e incentivando ações de proteção e de promoção de direitos. Para isso, foram implementados projetos de Trajetos socio-educativos, trabalhistas e culturais com jovens de 14 a 30 anos em 16 bairros da cidade, enquadrados institucionalmente nos Centros de Convivência dos Bairros.

No âmbito do trabalho institucional dos Centros Convivência, Educadores de Juventude também são oferecidos assessoramento, escutas, sensibilização e informação aos jovens e suas famílias, com estratégias potencializadas através de entrevistas e visitas domiciliares. Também são feitas inscrições escolares, acompanhamento para acessar ao sistema de saúde e a espaços e conteúdos culturais, assessoramentos legais e difusão de todas as propostas e serviços disponibilizados na cidade. Com o mesmo propósito, ocorrem saídas, passeios e encontros entre diferentes bairros e em diversos espaços públicos da cidade, acompanhando os jovens nas diferentes propostas, além de propiciar o encontro com os jovens através de Oficinas Itinerantes de Expressão Plástica, Audiovisual e Corpo e Movimento.

Um trabalho de articulação ainda é realizado no marco de cada projeto institucional em função dos eixos propostos, gerando relações de contato entre: Escolas, CECLAS, Aulas Radiais, Programa 'Volto a Estudar', Oficinas culturais e museus e instituições da Secretaria da Cultura, com Espaços de movimento de Esportes, entre outros. Além da conexão entre os diferentes prestadores dos bairros como Postos de Saúde, Associações de Vizinhos e Clubes e Organizações da Sociedade Civil.

Em consonância com esse olhar territorial, são desenvolvidas atividades específicas tendentes à inclusão trabalhista, educativa e cultural de jovens em situação de maior vulnerabilidade social onde se destaca que no ano de 2013, o Programa Nova Opor-



tunidade que envolve a formação, promoção e inserção trabalhista de jovens entre 16 e 30 anos em situações particularmente difíceis, a partir de inúmeros cursos de ofícios e produção de bens e serviços que oferece e é desenvolvido em parceria entre a Prefeitura de Rosário, o Governo da Província de Santa Fé e inúmeras instituições e organizações capacitadoras.

Durante o ano de 2014, o número de participantes neste Programa aumentou consideravelmente, envolvendo 1.000 jovens e 58 cursos implementados. Em 2015, vincularam-se cerca de 1.500 jovens em 90 cursos e para o ano de 2016, a previsão é superar os 2.000 jovens e os 100 cursos de capacitação oferecidos pelas diversas instituições capacitadoras. Além disso, será adicionado um trabalho semanal de encontro que possibilita a construção de novos laços de pertença e de referência institucional para os jovens.

As instituições capacitadoras são convocadas atualmente, não só para desenvolver jornadas de capacitação de seu tema específico, mas também para acompanhar os jovens durante os trajetos que percorrem, bem como para fazê-los participar em projetos concretos, como por exemplo, no projeto de geração de empreendimentos. Como mencionado anteriormente, também são desenvolvidas propostas socioeducativas para adultos/adultas idosos, aproximando os bairros mais postergados aos espaços de participação para toda a família.

Há um total de 44 espaços nos quais cerca de 1.200 adultos idosos participam de diferentes tipos de atividades recreativas e culturais, 10 dos quais ocorrem nos Centros de Convivência dos Bairros.

Os Coordenadores dos Centros de Convivência e os Coordenadores Distritais de Desenvolvimento Social participam em espaços de planejamento coletivo, como as Mesas dos Bairros e os Conselhos dos Bairros, conjuntamente com os demais atores sociais de cada território. Também convidam e incentivam a participação dos vizinhos e vizinhas de cada zona em todo o processo do Orçamento Participativo fortalecendo-os em cada um dos bairros da cidade.

Convém salientar a importância da forte presença territorial nas zonas de maior vulnerabilidade social da cidade com infraestrutura, equipamento social de qualidade e equipes de profissionais comprometidas com a tarefa. E também, as sinergias que são geradas entre as demais instituições públicas presentes no território como Postos de Saúde, Escolas, Centros Esportivos e Culturais.

Entre os pontos fracos, podem ser mencionadas as dificuldades de coordenação diante da presença de múltiplas áreas estatais em um mesmo território. Mas esta fraqueza instala o desafio a futuro de melhorar os níveis de coordenação e de integração das áreas, a fim de estar presentes com respostas realmente integrais diante das demandas sociais cada vez mais complexas.

Os sistemas de informação para o monitoramento, avaliação e tomada de decisões acertadas também têm constituído outra debilidade a ser superada. O avanço no sentido da melhoria dos sistemas de cadastramento e informação constitui um desafio a ser atingido em curto prazo.

+ informação: www.rosario.gov.ar/web/gobierno/desarrollo-social/centros-de-convivencia-barrial-ccb

Cuenca, Equador

CASA DA JUVENTUDE

A Diretoria de Desenvolvimento Social do GAD Municipal do cantão Cuenca cria a Casa da Juventude com o objetivo de transformá-la em um espaço coordenador de atores juvenis que estimula grupos formais e não formais, buscando gerar, por primeira vez, uma política pública de juventudes.

Este espaço visa ser um local de referência para os jovens cuencanos quanto à articulação de processos sociais, econômicos, esportivos, artísticos e políticos em uma perspectiva social, humanística e solidária. A partir da proposta “Construindo cenários de participação” são realizadas atividades com os jovens de prevenção em: Saúde Sexual e Reprodutiva; Consumo de substâncias estupefacentes; Violência de Gênero. Também há oficinas de: dança folclórica, hip hop, batucada, cheerleaders, canto, pintura, orquestra; e ainda uma rádio com transmissão ao vivo.

Para conhecer melhor esta proposta, acesse:

<http://www.cuenca.gob.ec/?q=node/230>



Chacao, Venezuela

CHACAO MUNICÍPIO LEITOR

O Município de Chacao entende a leitura como uma ferramenta sólida de transformação social e de coesão que permite desenvolver valores de convivência e tolerância em sociedades que atravessam profundas crises sociais. Por isso, então, Cultura Chacao impulsiona a linha de gestão “Chacao Município Leitor” reconhecendo na leitura uma das maneiras mais democráticas para forjar cidadãos livres, críticos, participativos e com a capacidade de discernimento necessária para contribuir com as melhores práticas de cidadania possíveis em favor de uma melhor cidade para toda a comunidade.

Diversas ações são realizadas convidando as crianças e os jovens a participarem através da literatura, sendo a Rede de Ludotecas Chacao a mais categórica: espaços físicos especialmente preparados para a animação e o prazer da leitura; espaços onde se reúnem crianças de diferentes idades, crenças, condições sociais, interesses e inclusive de várias nacionalidades em torno de livros, jogos e brinquedos, fantasias e das atividades propostas por cada sede.

Para conhecer melhor esta proposta, acesse:

http://cultura.chacao.gob.ve/?page_id=164



Morelia, México

VIVENDO E CONVIVENDO COM A DEFICIÊNCIA

Na cidade de Morelia está sendo desenvolvido o programa “Vivendo e convivendo com a deficiência” que tem como objetivo eliminar as barreiras físicas, sociais, culturais, educacionais, esportivas e trabalhistas vividas pelas pessoas com deficiências ou portadoras de necessidades especiais.

Visa sensibilizar com novas e diferentes dinâmicas divididas por categorias e de gênero aberto em dependências do governo, de escolas públicas, privadas e em organizações de todo tipo, que consiste em fazer um percurso pelas instalações, conseguindo sensibilizar os participantes por meio da vivência das deficiências físicas, bem como o recebimento de informação para gerar uma mudança de perspectiva.

Para conhecer um pouco mais, entre em contato através do correio eletrônico: caicd-morelia@hotmail.com ou por facebook: Caicd Morelia



Playa del Carmen, México

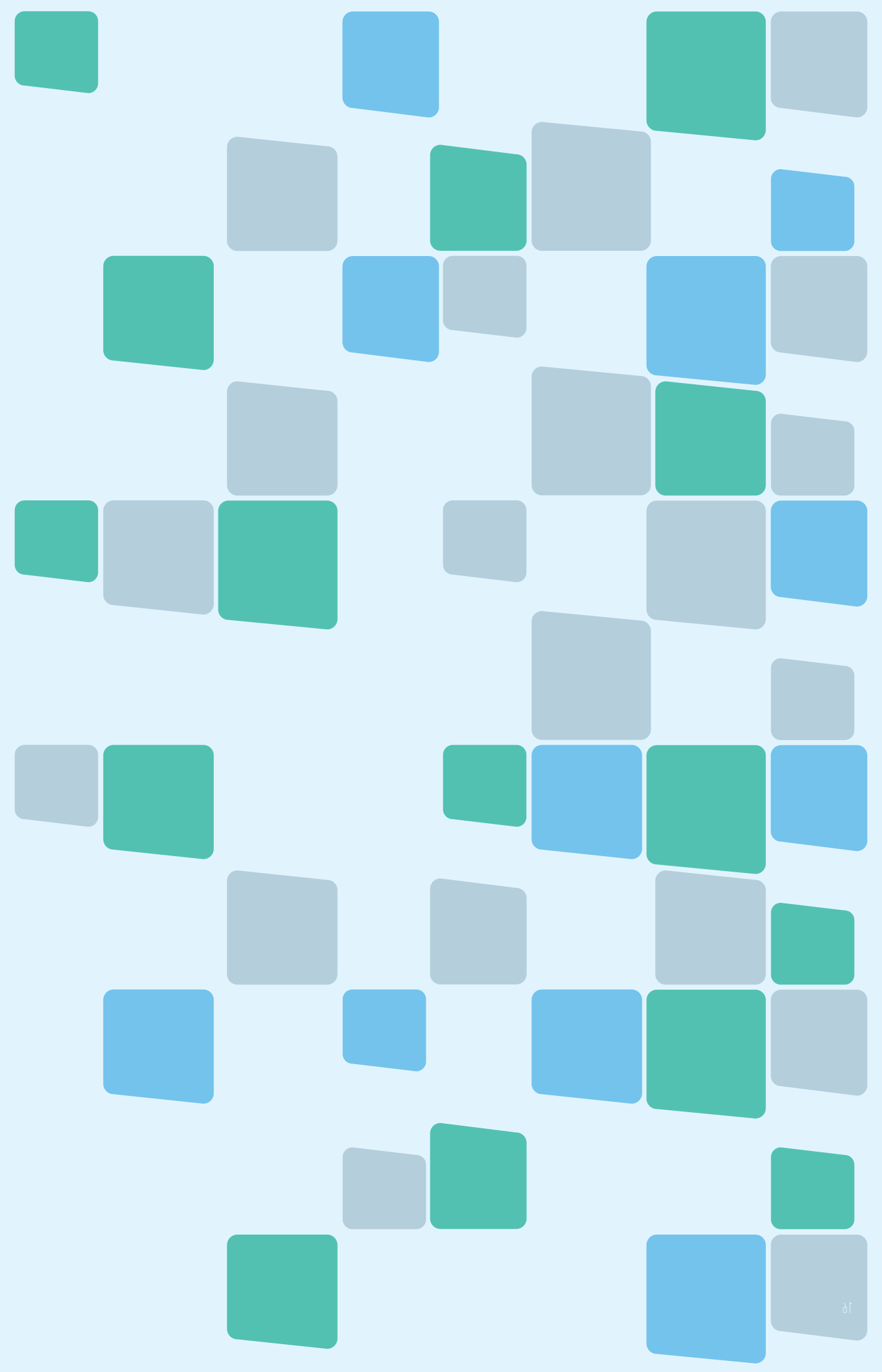
PRAIA INCLUSIVA

No município de Praia del Carmen criou-se a primeira Praia Inclusiva para pessoas com deficiências físicas. A Praia Inclusiva tem como objetivo principal promover a convivência e a integração social das pessoas com algum tipo de necessidade especial, garantindo-lhes o direito ao descanso, divertimento e recreação.

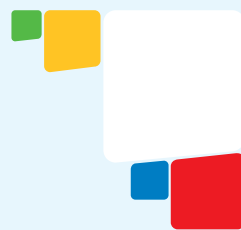
Este programa consiste na adequação e instalação de um tipo de infraestrutura urbana que permita a mobilidade e o prazer das pessoas com deficiências em espaços públicos. Dentro do projeto, identificaram-se áreas de praia de mais fácil acesso e mais concorridas pela população. Depois, passou-se a fornecer o equipamento necessário para fazer com que fosse acessível à população com diferentes deficiências, e finalmente, foi contratado pessoal especializado no apoio e atendimento a pessoas portadoras de deficiências.

Para mais informação, acesse: www.solidaridad.gob.mx ou através das redes sociais de Facebook: DIF Solidaridad e Twitter: @DIF_solidaridad









A CONVIVÊNCIA NAS CIDADES

CADERNO DE DEBATE N° 4

